

Statkraft Energias Renováveis S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas Referentes ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Statkraft Energias Renováveis S.A.
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Statkraft Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Statkraft Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Processos investigativos

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, a qual descreve que: (i) em 2015, o Grupo Statkraft adquiriu o controle da Companhia e suas controladas de outra empresa brasileira, a qual, por sua vez, é citada em determinados processos investigativos conduzidos pelas autoridades federais e, nesse contexto, como parte do processo de integração, iniciou uma investigação interna relacionada à Companhia, cujo resultado foi disponibilizado às autoridades responsáveis durante o exercício de 2016; (ii) com relação ao Procedimento de Investigação Criminal ("Operação Greenfield - caso FIP CEVIX"), conduzido pelo

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Ministério Público Federal e Polícia Federal em Brasília/DF, foi reconhecida, em 2017, a inexistência de qualquer relação dos fatos investigados com a Companhia, sobre a qual não existe nenhum processo, restrição ou medida desfavorável até o presente momento; e (iii) a Companhia, dentre outras pessoas físicas e jurídicas relacionadas a fundos de participação detidos pela FUNCEF e outros fundos de pensão, foi arrolada como parte em uma ação de civil pública ajuizada pela Associação Independente dos Participantes da FUNCEF - ANIPA. Conforme mencionado na nota explicativa nº 29, o objetivo dessa ação é reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por alegada má administração dos recursos pela FUNCEF e, atualmente, vem sendo classificada com avaliação de risco possível. Em relação aos assuntos mencionados, neste momento, não é possível estimar potenciais efeitos financeiros negativos para a Companhia. As demonstrações financeiras não incluem nenhuma provisão relacionada aos possíveis desdobramentos decorrentes desses assuntos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Valor recuperável dos ativos imobilizado e ágio – "impairment"

A análise do valor recuperável dos ativos da Companhia foi considerada um dos principais assuntos de auditoria por envolver estimativa e julgamento da Administração na determinação das premissas utilizadas na elaboração do valor recuperável com base no modelo de fluxo de caixa descontado e na sensibilidade e subjetividade das premissas significativas, sendo as principais os períodos de concessão e autorização de geração de energia das usinas mantidos pelas suas controladas, os planos de negócios e orçamentos preparados pela Administração e a taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente.

O assunto foi considerado como um risco significativo de auditoria e, portanto, envolveu a nossa atenção e o nosso julgamento de maneira significativa.

Para endereçar esse risco significativo, entre outros procedimentos, avaliamos o desenho e a implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre a análise do valor recuperável dos ativos. Analisamos o teste do valor recuperável, preparado pela Administração, a razoabilidade do modelo utilizado, o recálculo matemático dos fluxos de caixa descontado e o teste dos componentes da taxa de desconto, considerando as referências do mercado e do setor de energia. Adicionalmente, realizamos uma análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas pela Administração. Examinamos também a adequação das divulgações relacionadas ao teste do valor recuperável dos ativos da Companhia e controladas, incluídas nas notas explicativas nº 12, nº 13 e nº 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados no teste de valor recuperável dos ativos preparados pela administração da Companhia e controladas, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, incluindo nossa análise de sensibilidade, consideramos que as avaliações de valor recuperável do ágio e dos ativos imobilizados preparadas pela Companhia e controladas, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

b) Reconhecimento de receita

Em virtude da relevância da receita líquida nas demonstrações financeiras da Companhia e controladas, bem como dos processos que suportam seu reconhecimento, existem alguns riscos a serem endereçados, a saber: (i) o risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos todos os critérios mínimos necessários para seu reconhecimento; (ii) o risco de que o cálculo da receita variável não esteja de acordo com as condições e os termos contratuais; e (iii) o risco presumido de reconhecimento de receita sem que haja um racional ou justificativa condizente com o curso normal dos negócios da Companhia e Controladas. Devido a isso, consideramos o reconhecimento da receita como um dos principais assuntos de auditoria.

Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção do entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receitas considerando a natureza da receita, as regras de comercialização de energia e as características do contrato de venda de energia, entre outros; (ii) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas; (iii) obtenção do entendimento dos principais sistemas utilizados no processo de reconhecimento da receita; (iv) seleção de transações de vendas ao longo do exercício com base em amostragem estatística e confronto com os respectivos contratos de venda de energia e demais documentos suporte para verificar se representavam receitas válidas e condizentes com o curso normal dos negócios da Companhia; e (v) com base em uma amostra de contratos de venda, recálculo das receitas variáveis baseadas nas cláusulas contratuais e nos dados obtidos de fontes oficiais.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados ao reconhecimento da receita, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 2.19, 2.21 e 22, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 9 de março de 2017 sem ressalvas e contendo ênfase similar à descrita anteriormente, relativa ao item "Processos investigativos".

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório de Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 13 de março de 2018


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS


Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	93.181	17.775	183.324	140.761
Contas a receber	6	14.243	2.828	93.475	65.627
Dividendos a receber	10	57.852	21.677	5.495	1.832
Tributos a recuperar		3.561	2.255	5.633	3.929
Almoxarifado		-	-	2.316	4.842
Repactuação de risco hidrológico	7	-	-	3.731	3.630
Operações Descontinuadas	8	-	2.123	-	2.123
Outros ativos		1.006	1.574	4.394	5.607
Total do ativo circulante		169.843	48.232	298.368	228.351
Não circulante					
Aplicação financeira restrita	9	-	45.777	42.914	91.123
Partes relacionadas	10	30.994	20.028	6.445	8.028
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	-	-	12.776	11.733
Investimentos ao valor justo	11	63.416	79.462	63.416	79.462
Repactuação de risco hidrológico	7	-	-	1.972	4.889
Contas a receber	6	-	-	27.756	22.179
Outros ativos		269	3.194	651	3.372
Investimentos	12	569.196	621.284	20.606	28.692
Imobilizado					
Intangível	13	3.219	2.777	926.704	972.307
Propriedades para investimento	14	4.195	3.827	52.439	51.191
	15	16.177	16.177	16.177	16.177
Total do ativo não circulante		687.466	792.526	1.171.856	1.289.153
TOTAL DO ATIVO		857.309	840.758	1.470.224	1.517.504

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Fornecedores	16	209	1.061	102.573	45.643
Financiamentos	17	-	-	34.804	44.370
Partes relacionadas	10	50.784	1.092	53.331	1.629
Concessões a pagar	18	-	-	8.655	8.107
Salários e encargos sociais		4.960	3.918	7.082	3.918
Tributos a recolher	19	1.280	131	7.775	9.996
Imposto de renda e contribuição social	25	-	-	5.301	36.664
Dividendos a pagar		1.996	-	1.996	1
Outros passivos	20	3.072	1.563	11.231	23.609
Total do passivo circulante		62.301	7.765	232.748	173.937
Não Circulante					
Financiamentos	17	-	-	348.897	429.498
Concessões a pagar	18	-	-	64.153	66.012
Provisão para perda em investimentos		903	-	903	-
Imposto de renda e contribuição social	25	-	-	855	652
Tributos a recolher	19	-	-	1.013	773
Provisão para remoção de imobilizado	13	-	-	9.758	-
Provisão para contingências	29	14.715	60.996	23.307	64.482
Outros passivos	20	-	-	9.193	10.146
Total do passivo não circulante		15.618	60.996	458.079	571.563
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	21	711.365	880.312	711.365	880.312
Reserva de Lucro	21	21.316	-	21.316	-
Reserva legal	21	420	-	420	-
Ajuste de avaliação patrimonial		46.289	45.301	46.289	45.301
Prejuízos acumulados		-	(153.616)	-	(153.616)
		779.390	771.997	779.390	771.997
Participação dos não controladores		-	-	7	7
Total do patrimônio líquido		779.390	771.997	779.397	772.004
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		857.309	840.758	1.470.224	1.517.504

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)**

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
RECEITA					
Receita líquida do fornecimento de energia elétrica	22	-	-	307.301	269.509
Receita líquida da prestação de serviços	22	11.010	14.719	3.507	5.655
Receita líquida		11.010	14.719	310.808	275.164
Custo do fornecimento de energia elétrica					
Custo dos serviços prestados	23 (a)	(5.948)	(13.121)	(13.414)	(5.072)
Lucro bruto		5.062	1.598	127.338	167.304
Despesas					
Gerais e administrativas	23 (b)	(28.968)	(32.307)	(46.403)	(51.664)
Outras despesas	23 (c)	(42.928)	(52.504)	(56.139)	(63.307)
Equivalência patrimonial	12 (a)	51.425	58.937	(2.590)	7.714
Dividendos auferidos	11	14.305	1.561	14.305	1.561
		(6.166)	(24.313)	(90.827)	(105.696)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		(1.104)	(22.715)	36.911	61.608
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	24	(15.289)	(2.621)	(58.050)	(69.949)
Receitas financeiras	24	7.448	9.733	23.278	26.820
Total do resultado financeiro		(7.841)	7.112	(34.772)	(43.129)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social					
Imposto de renda e contribuição social	25	(8.945)	(15.603)	2.139	18.479
Lucro (prejuízo) do exercício proveniente de operações em continuidade		11.428	(13.338)	11.428	(13.489)
Operações descontinuadas					
Resultado proveniente de operações descontinuadas	8	(3.027)	(2.055)	(3.027)	(2.055)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		8.401	(15.393)	8.401	(15.544)
Atribuível a					
Acionistas da Controladora				8.401	(15.393)
Participação de não controladores				-	(151)
				8.401	(15.544)
Lucro (prejuízo) das operações básico e diluído por lote de mil ações					
De operações continuadas		0,05861	(0,09305)		
De operações descontinuadas		-	(0,01434)		
	30	0,05861	(0,10738)		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Lucro (prejuízo) líquido do período	8.401	(15.393)	8.401	(15.544)
Outros componentes do resultado abrangente, líquido de impostos				
Variação investimentos ao valor justo	988	15.866	988	15.866
Total do resultado abrangente do exercício	<u>9.389</u>	<u>473</u>	<u>9.389</u>	<u>322</u>
Atribuível a				
Acionistas da Controladora			9.389	322
Participação de não controladores			-	(151)
			<u>9.389</u>	<u>171</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (individual e consolidado)
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	Atribuível aos acionistas da controladora					Consolidado		
		Capital social	Reserva de lucros	Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação de não controladores	Total de patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2016		880.312	-	-	29.435	(134.611)	775.136	(3.454)	771.682
Aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	21 (d)	-	-	-	15.866	-	15.866	-	15.866
Ajuste de remensuração de aquisição de participação		-	-	-	-	(3.612)	(3.612)	-	(3.612)
Prejuízo do exercício	21 (d)	-	-	-	-	(15.393)	(15.393)	3.461	(11.932)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>880.312</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>45.301</u>	<u>(153.616)</u>	<u>771.997</u>	<u>7</u>	<u>772.004</u>
Lucro líquido do exercício						8.401	8.401	-	8.401
Redução de capital	21 (b) (i)	(168.947)	-	-	-	168.947	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	21 (d)	-	-	-	988	-	988	-	988
Constituição de Reserva legal	21 (b)	-	-	420	-	(420)	-	-	-
Constituição de reserva de lucro	21 (b)	-	21.316	-	-	(21.316)	-	-	-
Dividendos obrigatórios distribuídos	21 (b)	-	-	-	-	(1.996)	(1.996)	-	(1.996)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>711.365</u>	<u>21.316</u>	<u>420</u>	<u>46.289</u>	<u>-</u>	<u>779.390</u>	<u>7</u>	<u>779.397</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)**

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		8.401	(15.393)	8.401	(15.544)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício					
Receita sobre aplicação financeira restrita	9	(2.590)	(5.622)	(6.425)	(10.740)
Equivalência patrimonial	12	(51.425)	(58.937)	2.590	(7.714)
Valor residual do ativos imobilizado e intangível baixados	13 e 14	126	-	5.647	1.169
Depreciação e amortização	13 e 14	635	1.176	60.262	57.599
Amortização de encargos financeiros capitalizados nas controladas	12	262	238	262	-
Encargos financeiros de financiamentos	17	-	-	36.578	41.031
Efeito da reclassificação das operações descontinuadas	8	3.027	2.055	3.027	2.055
Provisão para contingência	29	1.566	9.600	6.672	11.155
Provisão para perda ao valor recuperável	13	2.211	46.776	12.754	52.036
Dividendos recebidos por investida avaliada ao valor justo		(14.305)	(1.561)	(14.305)	(1.561)
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber		(11.415)	(2.230)	(33.425)	(17.693)
Impostos a recuperar		(1.306)	(255)	(1.501)	1.420
Outras movimentações em ativos		5.001	(2.861)	9.276	(854)
Fornecedores		(852)	371	56.930	284
Salários e encargos sociais		1.042	727	3.164	(1.910)
Impostos e contribuições		(19.224)	(18.771)	(12.095)	21.393
Outras movimentações em passivos		-	(1.110)	(14.642)	4.454
Juros pagos sobre financiamentos	17	-	-	(34.527)	(38.264)
Dividendos destinados e recebidos		87.381	37.234	16.137	10.284
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(22.810)	(2.974)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais continuadas		<u>8.535</u>	<u>(8.563)</u>	<u>81.970</u>	<u>105.626</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Resgate de aplicação financeira restrita	9	48.367	-	54.634	1.973
Aquisição de investimentos e aportes de capital (Aquisição) alienação de bens do imobilizado e intangível	12	(6.000)	(180.620)	-	-
Operações com partes relacionadas	13 e 14	(1.571)	(1.262)	(24.805)	(5.916)
Redução de capital em investida ao valor justo		8.531	190.766	5.438	2.831
Efeito da desconsolidação das operações descontinuadas		17.544	-	17.544	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>66.871</u>	<u>8.884</u>	<u>52.811</u>	<u>(3.591)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamentos de financiamentos - principal	17	-	-	(92.218)	(41.179)
Caixa líquido obtido das atividades de financiamentos		-	-	(92.218)	(41.179)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		<u>75.406</u>	<u>321</u>	<u>42.563</u>	<u>60.856</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	17.775	17.454	140.761	79.905
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5	93.181	17.775	183.324	140.761

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Receitas líquidas de impostos					
Venda da energia e serviços	22	11.010	14.719	310.808	275.164
		<u>11.010</u>	<u>14.719</u>	<u>310.808</u>	<u>275.164</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS e IPI)					
Custo do fornecimento de energia elétrica		-	-	(110.078)	(46.696)
Custo dos serviços prestados		(18.400)	(29.703)	(30.675)	(41.523)
Outros Resultados operacionais	23 (c)	(42.928)	(52.504)	(56.139)	(63.307)
		<u>(61.328)</u>	<u>(82.207)</u>	<u>(196.892)</u>	<u>(151.526)</u>
Valor adicionado bruto		<u>(50.318)</u>	<u>(67.488)</u>	<u>113.916</u>	<u>123.638</u>
Retenções					
Amortização ágio		-	(767)	-	(767)
Depreciação e amortização	13 e 14	(627)	(512)	(59.578)	(56.092)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		<u>(50.945)</u>	<u>(68.767)</u>	<u>54.338</u>	<u>66.779</u>
Valor adicionado recebido em transferência					
Equivalência patrimonial	12	51.425	58.937	(2.590)	7.714
Receitas financeiras	24	7.448	9.733	23.278	26.820
Dividendos auferidos	11	14.305	1.561	14.305	1.561
		<u>73.178</u>	<u>70.231</u>	<u>34.993</u>	<u>36.095</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		<u>22.233</u>	<u>1.464</u>	<u>89.331</u>	<u>102.874</u>
Distribuição do valor adicionado					
Salários e encargos sociais		9.097	8.911	22.350	8.911
Remuneração dos administradores	10.1	6.792	5.535	6.792	5.535
Imposto de renda e contribuição social	25	(20.373)	(2.265)	(9.289)	31.968
Despesas financeiras	24	15.289	2.621	58.050	69.949
Lucros retidos/prejuízo do período		8.401	(15.393)	8.401	(15.393)
Resultado proveniente de operações descontinuadas	8	3.027	2.055	3.027	2.055
Participação de não controladores		-	-	-	(151)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUÍDO		<u>22.233</u>	<u>1.464</u>	<u>89.331</u>	<u>102.874</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Statkraft Energias Renováveis S.A. ("Companhia" ou "SKER") e suas controladas (conjuntamente "o Grupo"), com sede social em Florianópolis, Santa Catarina, tem por atividade principal a participação no capital social de outras empresas nas áreas de geração de energia elétrica. A Companhia teve sua razão social alterada no dia 13 de julho de 2015, passando a compor o grupo Statkraft (sendo anteriormente denominada Desenvix Energias Renováveis S.A.).

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia possuía participação societária nas seguintes Companhias, exceto Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. ("Enex") que foi descontinuada em 2016.

<u>Companhia</u>	<u>Tipo</u>	<u>Participação societária</u>
<u>Eólicas:</u>		
Energen Energias Renováveis S.A. ("Energen")	(a) Controlada direta	99,99%
Macaúbas Energética S.A. ("Macaúbas")	(a) Controlada direta	100,00%
Novo Horizonte Energética S.A. ("Novo Horizonte")	(a) Controlada direta	100,00%
Seabra Energética S.A. ("Seabra")	(a) Controlada direta	100,00%
<u>Pequenas Centrais Hidrelétricas:</u>		
Esmeralda S.A. ("Esmeralda")	(b) Controlada direta	100,00%
Santa Laura S.A. ("Santa Laura")	(b) Controlada direta	100,00%
Santa Rosa S.A. ("Santa Rosa")	(b) Controlada direta	100,00%
Moinho S.A. ("Moinho")	(c) Controlada direta	100,00%
Passos Maia Energética S.A. ("Passos Maia")	(c) Controlada em conjunto	50,00%
<u>Usinas Hidrelétricas:</u>		
Monel Monjolinho Energética S.A. ("Monel")	(d) Controlada direta	100,00%
Ceran - Companhia Energética Rio das Antas ("Ceran")	(e) Outras participações	5,00%
Dona Francisca Energética S.A. ("Dfesa")	(e) Outras participações	2,12%
<u>Serviços de Operação e Manutenção (O&M):</u>		
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. ("Enex")	(f) Operação descontinuada	100,00%

- (a) Referem-se a controladas diretas da Companhia, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2009 ("LER 2009");
- (b) Referem-se a controladas diretas da Companhia, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica de Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro, respectivamente. Em regime de autorização, estes complexos têm toda a sua produção contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras ("Eletrobrás"), no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("PROINFA");
- (c) Referem-se a controlada direta e controlada em conjunto da Companhia, respectivamente, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica de Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, respectivamente. Em regime de autorização, estes complexos possuem Contrato de Compra e Venda de Energia (CCVE) com a CEMIG Geração e Transmissão S.A. ("CEMIG"), na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE);
- (d) Refere-se a controlada direta da Companhia, sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica em Usina Hidrelétrica ("UHE") localizada no Estado de Santa Catarina. Em regime de autorização, este complexo possui a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova – 2011 ("LEN 2011 (A-3)");

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

- (e) Referem-se a investimentos sem influência significativa, os quais são registrados a valor justo;
- (f) Refere-se a investimento descontinuado em 20 de dezembro de 2016, sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviços a terceiros em contratos de Operação e Manutenção (Nota 8).

1.1 Processos investigativos

Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da Companhia SKER, em 13 de julho de 2015, o Grupo iniciou uma investigação interna relacionada a esta subsidiária, sendo que os achados de tal investigação foram indicados às autoridades responsáveis. Neste momento não é possível estimar potenciais efeitos financeiros negativos.

Com relação ao Procedimento de Investigação Criminal No. 1.16.000.000993.2016-70 ("Operação Greenfield - caso FIP CEVIX"), conduzida pelo Ministério Público Federal e Polícia Federal em Brasília/DF foi reconhecida a inexistência de qualquer relação dos fatos investigados com Statkraft Energias Renováveis S/A, sendo este procedimento encerrado em relação a esta em 25 de agosto de 2017 conforme decisão judicial.

A Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da Funcef ("ANIPA") ajuizou a ação civil pública nº 0033834-52.2016.4.01.3400 contra todas as pessoas físicas e jurídicas envolvidas na investigação criminal mencionada acima, pleiteando ressarcimento em razão da suposta má gestão dos administradores da FUNCEF, considerando os fatos narrados na operação Greenfield. A administração concluiu que nenhuma provisão para perdas é requerida (vide nota explicativa 29).

1.2 Liminar GSF ("Generation Scalling Fator")

A deficiência da geração hidrelétrica do sistema brasileiro elevou significativamente os pagamentos dos geradores hidrelétricos pela redução do GSF. Esse fato fez com que geradoras participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entrassem com liminares para suspensão dos pagamentos desta natureza. Por conta destas liminares as controladas UHE Monel e PCH Moinho, e a controlada em conjunto PCH Passos Maia estão protegida do efeito controverso do MRE, até que tal matéria seja julgada.

Estas demonstrações foram aprovadas pelo conselho de administração em 12 de março de 2018.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo, sendo que tais políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As premissas para estas estimativas estão divulgadas na Nota 3.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2 Consolidação

As seguintes definições ligadas às políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

O procedimento de consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

(d) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Ver Nota 2.11 sobre *impairment* de ativos não financeiros, incluindo ágio.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

(e) Principais eliminações para consolidação

Os principais saldos eliminados na consolidação são as receitas e custos de O&M (operação e manutenção) prestados pela controladora às suas controladas, saldos de contas a receber e pagar entre as empresas consolidadas, saldos de mútuos, saldos de investimentos contabilização por meio de equivalência patrimonial na controladora, e os patrimônios líquidos das controladas.

2.3 Moedas funcionais e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo e da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Apresentações de informações por segmentos

O grupo não elabora informações por segmento, uma vez que atua preponderantemente na geração de energia elétrica por meio de contratos de longo prazo, que representam a totalidade da receita do Grupo nos anos de 2017 e 2016.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A administração classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e ativos disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos e recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo estão em "Contas a receber de clientes e "Caixa e equivalentes de caixa" (Notas 2.5 e 2.8).

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

(c) Ativo mantido para venda e operações descontinuadas

O Grupo classifica um ativo como mantido para venda se espera que seu valor contábil será recuperado meio de uma transação de venda, e não pelo seu uso contínuo.

Os ativos disponíveis para venda e operações descontinuadas, bem como seus respectivos passivos são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda, e apresentado de forma segregada no balanço patrimonial.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidos no patrimônio.

As variações decorrentes dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente são apresentadas na demonstração de resultado abrangente do período em que ocorrem.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados entre si e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos sempre que há uma intenção da companhia em liquidá-los numa base líquida, ou realizar ainda o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 *Impairment* de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em caso de evidência objetiva de *impairment*, o prejuízo acumulado - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo do instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecida no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para os investimentos em títulos patrimoniais, o prejuízo acumulado será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas no resultado do exercício não são revertidas.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

São classificados como disponíveis para venda os quando o valor contábil do objeto em questão for recuperável, principalmente, por meio de venda e não por meio do seu uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual e sua venda for considerada provável. O ativo então é mensurado pelo menor valor entre o seu valor contábil e o seu valor justo, líquido das despesas de venda, e apresentado de forma segregada no balanço patrimonial.

2.7 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes de: (i) venda de energia elétrica contratada até a data das demonstrações financeiras; (ii) serviços prestados de consultoria e gerenciamento; (iii) serviços prestados de operação e manutenção operacional (O&M). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD"), se aplicável.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.8 Demais ativos circulantes e não circulantes

Impostos a recuperar consistem, substancialmente, em créditos decorrentes de Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJ e CSLL), decorrentes da retenção na fonte sobre serviços prestados, fornecimento de energia elétrica e outros, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas.

As despesas antecipadas, representadas pelos custos incorridos na contratação de Seguro Operacional e Risco Civil, são apropriados *pro rata temporis* ao longo do prazo de cobertura.

2.9 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo os encargos financeiros incorridos na fase de construção das usinas decorrentes do financiamento contratado, deduzido da sua depreciação calculada pelo método linear, considerando a vida útil técnica dos ativos imobilizados mencionadas na nota 13, limitadas ao prazo de concessão ou da autorização das usinas, quando aplicável.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia e suas empresas controladas. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil remanescente do ativo relacionado.

2.10 Intangível

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar alocação de perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

(b) Uso do bem público

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão contratado decorrente do contrato de concessão. É constituído pelo valor justo do direito relacionado com o uso do bem público (UBP) até o final do contrato de concessão e amortizado pelo correspondente prazo, a partir do início da operação comercial da usina. Na presente demonstração financeira consolidada, referido contrato é atualmente firmado pela UHE Monel Monjolinho Energética S.A.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.11 Propriedades para investimento

O saldo apresentado no grupo de "propriedade para investimento" representa o valor justo dos investimentos realizados em terras pela Companhia. Anualmente a companhia efetua a avaliação destes valores justos, que são ajustados caso diferenças sejam identificadas em relação à avaliação do ano anterior.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13 Financiamentos

Os financiamentos tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.14 Concessões a pagar

É registrado inicialmente ao valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, onde se considerou uma taxa de desconto de 9,50%.

2.15 Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

As provisões para desmobilização de ativos, recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil, ou tributária), são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O Grupo é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Statkraft Energias Renováveis S.A., com base em opinião de seus assessores jurídicos, quando necessário, e nos julgamentos da Administração.

2.16 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

2.16.1 Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(a) Lucro real

O imposto de renda e a contribuição social, via de regra são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

(b) Lucro presumido

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os regimes aplicados a cada empresa do grupo podem ser verificados conforme detalhamento abaixo:

Lucro Presumido:

Energen Energias Renováveis S.A.
Macaúbas Energética S.A.
Novo Horizonte Energética S.A.
Seabra Energética S.A.
Esmeralda S.A.
Santa Laura S.A.
Santa Rosa S.A.
Moinho S.A.
Passos Maia Energética S.A.

Lucro Real:

Monel Monjolinho Energética S.A.
Statkraft Energias Renováveis S.A.

2.17 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.18 Capital Social

A companhia somente possui ações ordinárias, que são classificadas integralmente no patrimônio líquido.

2.19 Reconhecimento da receita

(a) Venda de energia elétrica

Estas receitas são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios inerentes são transferidos para o comprador, que para este caso se refere a disponibilização da energia elétrica gerada no SIN - sistema integrado nacional. Para àquelas usinas hídricas que fazem parte do MRE – Mecanismo de Realocação de Energia – a receita é reconhecida conforme sua garantia física mensal alocada, independente da disponibilização de energia elétrica gerada no SIN. Contudo, caso os participantes do MRE não entreguem o volume de energia elétrica necessária para manutenção da garantia física de cada usina há a aplicação do GSF (*Generation Scalling Factor*), que reduz a garantia física das usinas, e por consequência suas receitas.

(b) Venda da prestação de serviços de O&M – Operação e Manutenção

São reconhecidas quando ocorre a entrega da prestação de serviços de O&M verificando se os benefícios econômicos derivados desta operação fluirão para entidade. A mensuração ocorre tanto pelo método linear quanto por medição de estágio de execução, à depender da natureza de cada serviço prestado.

2.20 Benefícios a empregados

(a) Participação nos lucros e bônus

O grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia própria, que leva em conta o resultado obtido no período.

O pagamento de participação nos lucros e bônus constitui a remuneração variável e são embasados no alcance das metas individuais e objetivos empresariais.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.21 Adoção de pronunciamentos contábeis orientações e interpretações novos e/ou revisados

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substituiu a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

A administração decidiu manter o tratamento contábil atual a partir de 1º de janeiro de 2018, dado que as mudanças trazidas pelo novo pronunciamento não altera as práticas adotadas pela companhia com base no pronunciamento anterior.

- IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substituiu a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

Conforme considerações acima sobre o reconhecimento das receitas, não são esperados quaisquer impactos materiais pela adoção do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com o Cliente (IFRS 15) a partir de 01 de janeiro de 2018 e os procedimentos atuais podem ser mantidos em sua totalidade.

- IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" - com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2019 e substituiu o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas contábeis das informações trimestrais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

(a) Vida útil do ativo imobilizado

A companhia reconheceu, no terceiro trimestre de 2017, os impactos decorrentes da alteração na vida útil das usinas hidrelétricas, principalmente impulsionadas por mudanças na vida técnica consideradas pela Companhia em comparação com a anterior (vida útil da ANEEL).

Para os parques eólicos, as mudanças foram significativas e aconteceram principalmente porque a vida útil técnica considerada no Manual de Ativos Fixos da ANEEL é bastante diferente daquelas fornecidas pela equipe técnica para equipamentos dos aerogeradores eólicos. A geração eólica é uma fonte relativamente nova de energia elétrica, e a Companhia considerou que reuniu a melhor informação disponível para avaliar a vida útil. Além disso, esta vida útil técnica que foi verificada com a vida útil que está sendo considerada para os parques eólicos brasileiros, está alinhada com outras usinas de energia da Statkraft.

(b) Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. O Grupo realiza a cada emissão de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas "Imobilizado" e "Intangível".

(c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados.

O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(d) Custos de desmobilização dos parques eólicos

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás, (ii) eixo, (iii) motor, (iv) seções de torre de aço, (v) painéis elétricos e outros.

Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas.

Para o custo de montagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

(e) Provisões para contingências

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento do seus assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

4. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das empresas para oferecer retorno aos seus acionistas e outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, adequada para tal fim.

Os índices de alavancagem podem ser verificados conforme segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>Consolidado 31.12.2016</u>
Total dos financiamentos	383.701	473.868
(-)caixa e equivalentes de caixa	183.324	140.761
(-)aplicação financeira restrita	<u>42.914</u>	<u>91.123</u>
Dívida líquida	<u>157.463</u>	<u>241.984</u>
Total do patrimônio líquido	<u><u>779.397</u></u>	<u><u>772.004</u></u>
Índice de alavancagem financeira - %	20,20	31,34

Para a controladora não é apresentado o cálculo de índice de alavancagem pois não há dívida para os exercícios apresentados.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31.12.2017</u>	<u>Controladora 31.12.2016</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>Consolidado 31.12.2016</u>
Caixa e bancos	21	15	4.167	4.364
Aplicações financeiras (i)	<u>93.160</u>	<u>17.760</u>	<u>179.157</u>	<u>136.397</u>
	<u><u>93.181</u></u>	<u><u>17.775</u></u>	<u><u>183.324</u></u>	<u><u>140.761</u></u>

(i) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Fundo de Renda Fixa, com rentabilidade referenciada no CDI em condições competitivas de mercado, emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem quaisquer restrições.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Fornecimento de energia elétrica (i)	-	-	32.830	27.494
Transações no mercado de curto prazo (ii)	-	-	46.479	17.377
Transações realizadas com a CCEE (iii)	-	-	40.835	41.482
Contas a receber partes relacionadas (iv)	14.243	2.828	1.087	1.453
Total	<u>14.243</u>	<u>2.828</u>	<u>121.231</u>	<u>87.806</u>
Apresentados como:				
Ativo Circulante	14.243	2.828	93.475	65.627
Ativo não circulante			27.756	22.179

(i) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no âmbito do PROINFA (Programa de Incentivo às Fontes alternativas de Energia Elétrica), CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e outros terceiros, com prazo médio de vencimento de 35 dias;

(ii) Saldo de recebíveis de fornecimento de energia elétrica liquidado no mercado de curto prazo;

(iii) Saldo mantido no ativo não circulante do excedente de geração de energia acima de 100% ao montante contratado pelo CER (Contrato de Energia de Reserva) mantido com a CCEE nas subsidiárias que compõem o Parque Eólico do Grupo Statkraft, que é recebido ao final da apuração de cada quadriênio, quando os saldos são transferidos gradativamente para o curto prazo, conforme expectativa de realização de caixa. Já a geração acima de 130% é classificada no curto prazo, conforme expectativa de realização nos próximos 12 meses; e

(iv) Saldos de contas a receber com partes relacionadas, serviço de administração do proprietário e serviços de O&M (operação e manutenção) das controladas e controlada em conjunto.

7. REPACTUAÇÃO HIDROLÓGICA

Por conta do período hidrológico adverso de 2015, em 11 de Dezembro de 2015 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 684, que estabelece os critérios para anuência e demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. Em 17 de Dezembro de 2015, o Conselho de Administração da companhia decidiu pela adesão à proposta para as PCHs Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa II, todas contratadas no âmbito do PROINFA. A classe de produto optado foi o SP100 o qual transfere 100% do risco hidrológico à distribuidora.

	31.12.2017	Consolidado 31.12.2016
Circulante		
Repactuação de risco hidrológico	<u>3.731</u>	<u>3.630</u>
Não Circulante		
Repactuação de risco hidrológico	<u>1.972</u>	<u>4.889</u>
	<u>5.703</u>	<u>8.519</u>

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

8. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

O Grupo Statkraft não possui como *core business* a prestação de serviços à terceiros, sendo o foco deste apenas geração de energia elétrica através de fontes renováveis. Neste sentido, a Companhia entendeu por bem realizar a cessão dos contratos de Operação e Manutenção da subsidiária ENEX a terceiros (sob anuência de seus clientes), a fim de que as atividades de operação e manutenção passem a ser realizadas exclusivamente para as usinas deste Grupo Econômico. Desta forma, após processo seletivo, foi firmado em 20 de dezembro de 2016 contrato com empresa do setor, contemplando a (i) transferência de contratos de O&M firmados com terceiros; (ii) a transferência de empregados da Sociedade para a cessionária; e (iii) a venda dos bens e equipamentos alocados nas usinas para a prestação de serviços à terceiros, passando a ENEX a não mais deter qualquer relação comercial com terceiros.

As análises do resultado de operações descontinuadas, representadas unicamente pelos resultados da subsidiária Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda., são apresentadas a seguir:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Receita líquida	1.099	34.925
Custo do serviço prestados	(894)	(28.434)
Despesas gerais e administrativas	(1.921)	(9.732)
Outros resultados operacionais	490	20
Resultado financeiro	276	85
Imposto de renda e contribuição social	(2.077)	1.081
Prejuízo do exercício	<u>(3.027)</u>	<u>(2.055)</u>

O contrato firmado em 20 de dezembro de 2016 para venda de contratos de terceiros da Enex à Steag Energy Services do Brasil Ltda. teve 2 liquidações financeiras no primeiro trimestre sendo elas:

- 1) 25/01/2017 - primeiro fechamento (realizada transferência de mais de 60% da margem de contribuição de nossos contratos);
- 2) 13/02/2017 - segundo (e último) fechamento (realizada a transferência dos contratos que não puderam ser transferidos até o dia 25/01. O único contrato não transferido foi o de Serra das Vacas).

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

Por força dos contratos de financiamentos firmados com o BNDES para custeio das obras das PCHs Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa, Moinho e da UHE Monel, bem como com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") para o custeio das obras das Usinas Eólicas Novo Horizonte, Seabra e Macaúbas, tais empresas devem manter saldos em conta corrente remunerada, ou de aplicação financeira, denominada "conta reserva", com recursos suficientes para o pagamento, a qualquer momento, do equivalente à soma das últimas três parcelas mensais, no mínimo, de principal, juros e demais despesas acessórias, valor esse que permanecerá bloqueado durante todo o prazo de amortização do referido contrato de financiamento (Nota 17).

As aplicações financeiras restritas estão basicamente com os seguintes bancos: Banco Itaú S.A., Bradesco S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Banco do Brasil S.A., com rentabilidade referenciada no CDI.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

As movimentações das aplicações financeiras restritas do ativo não circulante podem ser assim demonstradas:

	Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016
No início do exercício	45.777	40.155
Rendimentos	2.590	5.622
Resgates	(48.367)	-
No final do exercício	-	45.777

	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
No início do exercício	91.123	82.356
Aplicações	1.659	1.661
Rendimentos	6.425	10.740
Resgates	(56.293)	(3.634)
No final do exercício	42.914	91.123

10. PARTES RELACIONADAS

As operações são prestadas em condições específicas acordadas entre as partes. O saldos patrimoniais restam demonstrados ao final dos períodos conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Ativo circulante				
Contas a receber				
Energen S.A. (i)	1.434	297	-	-
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. (i)	125	125	125	125
Esmeralda S.A. (i)	1.139	36	-	-
Macaúbas Energética S.A. (i)	844	99	-	-
Moinho S.A. (i)	2.010	227	-	-
Monel Monjolinho Energética S.A.(i)	1.711	202	-	-
Novo Horizonte Energética S.A. (i)	650	78	-	-
Passos Maia Energética S.A. (i)	1.166	97	1.166	97
Statkraft Chile Inversiones Eléctricas Ltda (ii)	821	948	821	948
Statkraft Energia do Brasil Ltda.(ii)	885	242	885	242
Statkraft Peru (ii)	44	61	44	-
Statkraft AS (ii)	-	209	-	209
Statkraft Investimentos Ltda (i)	11	-	11	-
Santa Laura S.A. (i)	1.174	80	-	-
Santa Rosa S.A. (i)	1.514	43	-	-
Seabra Energética S.A. (i)	715	84	-	-
	<u>14.243</u>	<u>2.828</u>	<u>3.052</u>	<u>1.621</u>
Dividendos a receber				
Energen S.A				
Esmeralda S.A.	19.477	3.692	-	-
Macaubas Energética S.A.	3.738	-	-	-
Moinho S.A.	7.876	5.344	-	-
Monel Monjolinho Energética S.A.	1.836	4.693	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.	2.814	60	-	-
Passos Maia Energética S.A	5.495	1.832	5.495	1.832
Seabra Energética S.A.	2.718	395	-	-
Santa Laura S.A.	10.500	1.531	-	-
Santa Rosa S.A.	3.398	4.130	-	-
	<u>57.852</u>	<u>21.677</u>	<u>5.495</u>	<u>1.832</u>

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Ativo não circulante				
Água Quente Ltda.	3.145	2.901	3.145	2.901
Bom Retiro S.A.	1.967	1.739	1.967	1.739
Energen Energias Renováveis S.A	180	-	-	-
FUNCEF (iii)	6.445	6.289	6.445	6.289
Macaúbas Energética S.A. (iv)	10.019	12.000	-	-
Santa Rosa S.A. (iv)	14.350	-	-	-
Provisão para perdas de recebíveis com partes relacionadas	(5.112)	(2.901)	(5.112)	(2.901)
	<u>30.994</u>	<u>20.028</u>	<u>6.445</u>	<u>8.028</u>
Total do ativo	<u>103.089</u>	<u>44.533</u>	<u>14.992</u>	<u>11.481</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Passivo circulante				
Fornecedores				
Partes relacionadas				
Statkraft Energia do Brasil (v)	-	525	-	1.062
Statkraft AS (v)	272	562	2.819	562
Statkraft investimentos Ltda. (vi)	50.512	5	50.512	5
Total fornecedores partes relacionadas	50.784	1.092	53.331	1.629
Dividendos a pagar				
Statkraft investimentos Ltda.	1.623	-	1.623	-
FUNCEF	373	-	373	-
Total dividendos	1.996	-	1.996	-
Total do passivo	<u>52.780</u>	<u>1.092</u>	<u>55.327</u>	<u>1.629</u>

- (i) Saldos a receber pela prestação de serviços compartilhados e serviços de O&M (operação e manutenção) entre controladora e suas investidas no Brasil;
- (ii) Saldos a receber de partes relacionadas no Brasil e no exterior;
- (iii) Saldo de mútuo devido pelo acionista FUNCEF, referente ao contrato de mútuo e valores pelo reembolso dos custos com a venda de participação acionária ocorrida no dia 8 de março de 2012;
- (iv) Saldo de mútuo entre a controladora e as controladas;
- (v) Saldos a pagar referente serviço tomado de outras partes relacionadas; e
- (vi) Saldo de mútuo devido pela Statkraft Energias Renováveis S.A. a acionista Statkraft Investimentos Ltda, conforme aprovado em reunião prévia de acionistas na data de 02 de agosto de 2017.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A receita de serviços prestados à partes relacionadas ao final dos exercícios é:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Receitas de prestação de serviços				
Energen Energias Renováveis S.A	509	1.218	-	-
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	-	301	-	301
Esmeralda S.A.	1.073	895	-	-
Macaúbas Energética S.A.	844	1.021	-	-
Moinho S.A.	898	871	-	-
Monel Monjolinho Energética S.A.	1.632	1.061	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.	650	994	-	-
Passos Maia Energética S.A.	1.098	956	1.098	956
Santa Laura S.A.	873	939	-	-
Santa Rosa S.A.	1.297	902	-	-
Statkraft Chile Inverciones Eléctricas Ltda.	928	1.330	928	1.330
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	1.494	2.911	1.494	2.911
Statkraft Investimentos Ltda.	-	212	-	212
Statkraft Peru S.A.	127	103	127	103
Seabra Energética S.A.	715	1.005	-	-
	<u>12.138</u>	<u>14.719</u>	<u>3.647</u>	<u>5.813</u>

10.1. Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração, que inclui os conselheiros e diretores estatutários, totalizou R\$ 6.792 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e R\$ 5.535 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

11. INVESTIMENTOS AO VALOR JUSTO

Os respectivos investimentos abaixo estão relacionados a entidades sobre as quais a Companhia não possui influência significativa nos seus respectivos negócios e são reconhecidos a valor justo:

<u>Outras participações</u>	<u>Participação %</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Companhia Energética Rio das Antas - CERAN	5,00	55.080	70.183
Dona Francisca Energética S.A. - DFESA	2,12	8.336	9.279
		<u>63.416</u>	<u>79.462</u>

Nos anos de 2017 e 2016 foram recebidos dividendos dos investimentos acima nos montantes de R\$14.305 e R\$1.561, reconhecidos no resultado de cada exercício.

A movimentação dos investimentos controlados ao valor justo é assim demonstrada:

	Controladora e Consolidado
Em 01 de janeiro de 2016	61.330
Ajuste de avaliação patrimonial	<u>18.132</u>
Em 31 de dezembro de 2016	79.462
Ajuste de avaliação patrimonial	1.502
Redução de capital	<u>(17.548)</u>
Em 31 de dezembro de 2017	63.416

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

12. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Em empresas controladas	545.049	589.051	-	-
Em empresas coligadas e outras	24.147	32.233	20.606	28.692
	<u>569.196</u>	<u>621.284</u>	<u>20.606</u>	<u>28.692</u>

A composição dos investimentos em empresas controladas, coligadas e outras, são assim demonstradas:

	Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016
Empresas controladas		
Energen Energias Renováveis S.A.	97.826	108.089
Esmeralda S.A.	28.756	51.437
Macaúbas Energética S.A.	54.436	42.496
Moinho S.A.	36.126	46.416
Monel Monjolinho Energética S.A.	119.771	144.076
Novo Horizonte Energética S.A.	53.495	51.468
Santa Laura S.A.	31.733	35.413
Santa Rosa S.A.	75.974	65.064
Seabra Energética S.A.	55.311	53.239
Total dos investimentos em controlada	<u>553.428</u>	<u>597.698</u>
Lucros não realizados na controlada	<u>(4.838)</u>	<u>(5.106)</u>
	<u>548.590</u>	<u>592.592</u>
Empresas coligadas		
Passos Maia Energética S.A.	20.606	28.692
	<u>569.196</u>	<u>621.284</u>

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir:

31 de dezembro de 2016	Participação no capital social - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Equivalência patrimonial ajustada com os lucros realizados dos ativos
	99,99	113.914	7.410	106.504	(9.581)	(9.431)
Esmeralda S.A.	100	75.183	39.584	35.600	15.546	15.558
Macaúbas Energética S.A.	100	161.352	45.009	116.342	(4.225)	(4.225)
Moinho S.A.	100	97.455	43.136	54.320	3.553	3.621
Monel Monjolinho Energética S.A.	100	376.344	129.009	247.335	19.760	19.852
Novo Horizonte Energética S.A.	100	143.122	49.326	93.796	253	253
Santa Laura S.A.	100	58.688	30.499	28.189	6.444	6.460
Santa Rosa S.A.	100	130.931	51.804	79.127	17.391	17.471
Seabra Energética S.A.	100	143.587	50.518	93.069	1.663	1.663
Participação nos lucros de controladas						51.223
Empresas coligadas						
Passos Maia Energética S.A.(controlada em conjunto)	50	132.376	116.949	15.427	15.427	7.714
Participação nos lucros de coligadas						7.714
Participação total nos lucros de coligadas e controladas						58.937

O patrimônio líquido contábil da Monel Monjolinho Energética S.A., Esmeralda S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A. e Moinho Energética S.A. (em 31 de dezembro de 2016) foi ajustado, para fins de cálculo da equivalência patrimonial, pelo montante dos lucros não realizados decorrentes de operações realizadas entre a Companhia e as referidas controladas de R\$ 1.971, R\$ 129, R\$ 199, R\$ 1.315 e R\$ 1.425 (2015 - R\$ 2.063, R\$ 141, R\$ 215, R\$ 1.395 e R\$ 1.493), respectivamente.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

31 de dezembro de 2017	Participação no capital social - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Equivalência patrimonial ajustada com os lucros realizados dos ativos
Empresas controladas						
Energen Energias Renováveis S.A.	99,99	103.473	23.491	96.243	(16.261)	(16.205)
Esmeralda S.A.	100	71.585	30.701	31.088	9.796	9.808
Macaúbas Energética S.A.	100	159.559	87.297	56.523	15.738	15.738
Moinho S.A.	100	96.740	70.247	34.225	(7.732)	(7.664)
Monel Monjolinho Energética S.A.	100	376.432	248.977	119.727	7.729	7.821
Novo Horizonte Energética S.A.	100	135.988	69.711	54.428	11.849	11.849
Santa Laura S.A.	100	53.230	13.241	33.169	6.820	6.836
Santa Rosa S.A.	100	113.729	21.284	78.137	14.307	14.387
Seabra Energética S.A.	100	136.733	68.662	56.626	11.445	11.445
Participação nos lucros de controladas						54.015
Empresas coligadas e controladas em conjunto						
Passos Maia Energética S.A.(controlada em conjunto)	50	128.993	113.565	20.607	(5.179)	(2.590)
Participação nos lucros de coligadas						(2.590)
Participação total nos lucros de coligadas e controladas						51.425

O patrimônio líquido contábil da Monel Monjolinho Energética S.A., Esmeralda S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A. e Moinho Energética S.A. (em 31 de dezembro de 2017) foi ajustado, para fins de cálculo da equivalência patrimonial, pelo montante dos lucros não realizados decorrentes de operações realizadas entre a Companhia e as referidas controladas de R\$ 1.902, R\$ 120, R\$ 187, R\$ 1.255 e R\$ 1.374 (2016 – R\$ 1.971, R\$ 129, R\$ 199, R\$ 1.315 e R\$ 1.425), respectivamente.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A movimentação dos investimentos no período de 2017 e 2016 pode ser assim demonstrada:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 1º de janeiro de 2016	526.617	29.387
Aporte de capital	180.620	-
Mudança na participação relativa de controlada e coligada	(3.612)	-
Baixa do Passivo a descoberto c/ aporte de capital	(65.630)	-
Participação nos lucros de controladas	51.223	-
Participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto	7.714	7.714
<i>Impairment</i> de ágio	(38.740)	-
Reversão dividendos	3.149	-
Dividendos destinados pelas controladas	(35.911)	(8.409)
Transferência para operações descontinuadas	(4.178)	-
Amortização de juros capitalizados	(238)	-
Em 31 de dezembro de 2016	<u>621.284</u>	<u>28.692</u>
Participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto	51.425	(2.590)
Dividendos destinados pelas controladas	(109.251)	(5.496)
Aporte de capital em controladas	6.000	-
Amortização de juros capitalizados	(262)	-
Em 31 de dezembro de 2017	<u>569.196</u>	<u>20.606</u>

- (i) No dia 05 de agosto de 2016, a SKER aumentou sua participação no capital social da controlada Energen em R\$ 177.824, passando sua participação de 95% (noventa e cinco por cento) para 99,99% (noventa e nove, noventa e nove por cento). O aumento de capital foi realizado mediante a capitalização de crédito de igual valor detido pela acionista SKER contra a subsidiária Energen. A AGE do dia 13 de outubro de 2016 autorizou o aumento de capital no valor de R\$ 6.400 com direito de preferência a acionista Statkraft, que subscreveu e integralizou a totalidade no dia 16 de novembro de 2016. No dia 18 de abril de 2017, em assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital social no valor de R\$ 6.000. Dessa forma o valor do capital subscrito passa a ser de R\$ 216.324.
- (ii) Para os testes de *impairment* realizados em 2016 e 2017, o Grupo considerou como unidades geradoras de caixa suas controladas e controladas em conjunto, tendo em vista que estas geram fluxos de caixa que podem ser identificados separadamente.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

	<u>Usinas e outros</u>	<u>Sistema de conexão</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Total</u>
Em 01 de janeiro de 2016	945.760	60.741	19.243	1.025.744
Adições	1.739	-	4.308	6.047
Amortização de encargos financeiros capitalizados	(260)	-	-	(260)
Transferência entre contas	(8.196)	11.907	(3.711)	-
Depreciação	(47.466)	(3.630)	-	(51.096)
Provisão de perda por redução ao valor recuperável (i)	(6.400)	-	-	(6.400)
Baixas	(3)	(23)	(3)	(29)
Operações descontinuadas	(1.699)	-	-	(1.699)
Em 31 de dezembro de 2016	883.475	68.995	19.837	972.307
Adições	-	-	18.666	18.666
Capitalização de custos de desmobilização	9.674	-	-	9.674
Amortização de encargos financeiros capitalizados	(262)	-	-	(262)
Transferência entre contas	22.482	7	(22.489)	-
Depreciação	(52.627)	(3.920)	-	(56.547)
Provisão de perda por redução ao valor recuperável (i)	(12.754)	-	-	(12.754)
Baixas	(4.367)	(13)	-	(4.380)
Em 31 de dezembro de 2017	845.621	65.069	16.014	926.704

	<u>Taxa média de depreciação</u>	<u>Custo histórico</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Provisão para perdas</u>	<u>31.12.2017</u> <u>Valor líquido</u>	<u>31.12.2016</u> <u>Valor líquido</u>
Usinas e outros	4,35%	1.212.406	(347.629)	(19.156)	845.621	883.475
Sistema de conexão	4,29%	91.309	(26.240)	-	65.069	68.995
Obras em andamento	-	16.014	-	-	16.014	19.837
<i>Total imobilizado</i>		<u>1.319.729</u>	<u>(373.869)</u>	<u>(19.156)</u>	<u>926.704</u>	<u>972.307</u>

- (i) A provisão de perda ao valor recuperável da EOL Energen tem base nos seguintes indicativos: produção abaixo da estimada pela Administração; redução da vida útil do ativo imobilizado e revisão da taxa de desconto. Houve o reconhecimento da perda por *impairment* no ativo imobilizado desta investida no montante de R\$12.754 (R\$6.400 em 2016).

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

(a) Reavaliação da vida útil estimada

A cada emissão de demonstração financeira o grupo avalia se há indícios de mudanças da vida útil de seus ativos, e a cada três anos a é realizado uma revisão formal das estimativas, mesmo que não existam tais indicativos. Em setembro de 2017, a equipe técnica realizou mudança na estimativa de vida útil técnica dos ativos. Até então, a vida útil contábil era considerada a definida pelo Manual de Ativos Fixos da ANEEL, limitado pelo período das concessões e/ou autorizações.

Na reavaliação efetuada em 2017, foram reconhecidos custos de desmobilização (usinas eólicas), além das alterações das estimativas de vida útil que, segundo avaliação da equipe técnica, serão depreciadas em período menor do que estimado anteriormente.

A depreciação tem sido reconhecida desde o início da operação das plantas e foi calculada de forma linear considerando a vida útil estimada.

A mudança de estimativa da vida útil terá efeitos prospectivos conforme demonstrado abaixo:

Ano	Impacto no Resultado do Exercício consolidado	Ano	Impacto no Resultado do Exercício consolidado
2017	(3.429)	2032	4.406
2018	(10.287)	2033	14.812
2019	(10.287)	2034	11.135
2020	(10.288)	2035	14.060
2021	(10.289)	2036	22.874
2022	(10.291)	2037	15.398
2023	(10.294)	2038	9.270
2024	(10.306)	2039	4.034
2025	(10.122)	2040	6.125
2026	(9.049)	2041	5.800
2027	(7.246)	2042	3.519
2028	(4.069)	2043	3.099
2029	(4.363)	2044	907
2030	(5.798)	2045	142
2031	(9.167)		

As taxas anuais de depreciação de bens do imobilizado são:

	2017	2016
	Taxa média ponderada %	Taxa média ponderada %
Usinas e outros		
Reservatório, barragens e adutoras	4,15	4,23
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,99	3,99
Máquinas e equipamentos	5,25	4,31
Móveis e utensílios	8,92	6,25
Equipamentos informática e outros	17,82	14,29
Sistemas de conexão		
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,66	3,66
Máquinas e equipamentos	4,00	4,00

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

(a) Custo de Desmobilização

Os parques eólicos não estão sujeitos a devolução ao poder concedente e não há obrigação legal de remover os equipamentos do local onde estão instalados. Apesar disso, o departamento de desenvolvimento de negócios reavaliou a abordagem da Companhia, e a partir desta data considera que a remoção da planta de energia do local instalado é necessária com o objetivo de retornar a área o mais parecido possível ao status original. Os gastos de desmobilização foram mensurados com base em estimativas tem como base as nas informações disponíveis para os custos de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento.

Desta forma, em setembro de 2017, os custos de desmobilização foram mensurados capitalizados conforme detalhamento:

	<u>Efeito do custo de desmobilização</u>
UEE Energen	(2.987)
UEE Macaúbas	(2.464)
UEE Novo Horizonte	(2.112)
UEE Seabra	(2.111)
Total	<u>(9.674)</u>

O saldo em 31 de dezembro de 2017 das provisões de desmobilização é de R\$ 9.758.

14. INTANGÍVEL

			<u>Consolidado</u>	
			<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Uso do Bem Público (UBP)	50.990	(15.778)	35.212	37.033
Compensação ambiental	1.348	-	1.348	-
Softwares	4.570	(384)	4.186	-
Direito de autorização (i)	3.541	-	3.541	3.541
Licenças ambientais	-	-	-	3.359
Outros	9.596	(1.444)	8.152	7.258
	<u>70.045</u>	<u>(17.606)</u>	<u>52.439</u>	<u>51.191</u>

As taxas anuais de amortização do ativo intangível são:

	<u>Taxa média - %</u>
Uso do Bem Público (UBP)	3,57
Softwares	10 a 20

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

(i) Refere-se à *goodwill* da investida Passos Maia Energética S.A.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 1º de janeiro de 2016	313	95.268
Adição de intangível	113	129
Transferência entre contas - ágio	3.541	(37.703)
Amortização ágio sobre contratos firmes		(767)
Amortização da UBP, licenças e outros	(140)	(5.736)
Em 31 de dezembro de 2016	<u>3.827</u>	<u>51.191</u>
Em 1º de janeiro de 2017	3.827	51.191
Adição de intangível	518	6.230
Baixa		(1.267)
Amortização da UBP, licenças e outros	(150)	(3.715)
Em 31 de dezembro de 2017	<u>4.195</u>	<u>52.439</u>

14.1 Testes de *impairment* para o ágio

No cenário do teste de *impairment* realizado, o Grupo considerou como unidades geradoras de caixa suas controladas e coligadas, tendo em vista que estas geram fluxos de caixa que podem ser identificados separadamente.

O ágio registrado contabilmente no montante de R\$ 3.541 é alocado à Unidade Geradora de Caixa (UGC) Passos Maia Energética S.A.

O valor recuperável das UGC's foi determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração até o período de junho de 2045. Os fluxos de caixa foram projetados considerando o período de autorização da usina com base numa taxa de crescimento estipulada conforme previsão dos contratos de compra de energia. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do mercado.

Para a UGC Passos Maia, à qual foi alocado em sua totalidade o montante de ágio registrado na empresa, foram consideradas como premissas-chave aplicadas para cálculo do valor em uso a estimativa de geração para os períodos futuros, as previsões de custos operacionais, dispêndio anual para aquisição de imobilizado e a taxa de desconto. Segue resumo das premissas adotadas:

	<u>2017</u>
Volume de geração anual	120 GW/h
Custos operacionais – R\$	3.600
Dispêndio anual para aquisição de imobilizado – R\$	552

O volume de geração é a média anual da geração no período previsto dos próximos 5 anos. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado.

Custos operacionais são os custos fixos e de manutenção das UGCs, que não variam de maneira significativa com os volumes de geração ou os preços. A administração estimou esses custos com base na estrutura atual dos negócios, ajustando-os aos aumentos inflacionários, e estes não refletem quaisquer reestruturações futuras ou medidas de economias de custo. Os valores divulgados acima são os custos operacionais médios para o período previsto de cinco anos.

O dispêndio anual para aquisição de imobilizado diz respeito à média de desembolsos de caixa esperados para manutenção da estrutura das usinas nos próximos 5 anos e se baseia na experiência histórica da administração. Nenhuma receita incremental ou economia de custo foi considerada no modelo de valor em uso como resultado desse dispêndio.

O ágio da PCH Passos Maia foi testado para os exercícios de 2017 e 2016, não havendo necessidade de contabilização de provisão para perda ao valor recuperável.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

15. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

A Companhia, com o objetivo de viabilizar a obtenção junto a ANEEL das autorizações ou outorgas para implantações futuras de PCHs para as quais vem desenvolvendo estudos de inventários e projetos básicos, adquiriu antecipadamente terras nas proximidades onde se tem a intenção de construir as usinas (área a ser atingida pelo reservatório), já que esta é uma das condições para seleção e hierarquização dos interessados.

Saldo em 01 de janeiro de 2016	25.250
Baixa para perda	(1.140)
Provisão para redução ao valor recuperável	(7.933)
Saldo em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017	16.177

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Fornecedores de materiais e serviços	209	1.061	740	7.490
Mercado de curto prazo a pagar	-	-	4.115	651
Mercado de curto prazo a pagar protegido por liminares	-	-	63.357	11.651
Saldo a liquidar referente contratos do PROINFA	-	-	34.361	25.851
	<u>209</u>	<u>1.061</u>	<u>102.573</u>	<u>45.643</u>

Conforme mencionado no contexto operacional, as usinas hidrelétricas PCH Moinho e UHE Monel Monjolinho estavam protegidas por liminares, na data destas demonstrações.

17. FINANCIAMENTOS

Os financiamentos mantidos pelo Grupo são em quase na sua totalidade oriundos dos financiamentos de construção das suas SPEs, e têm sua composição assim demonstrada:

	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
Financiamento de obras - BNDES (i)	152.502	231.241
Financiamento de obras - BNB (ii)	231.199	242.627
	<u>383.701</u>	<u>473.868</u>
Apresentados como:		
Passivo circulante	34.804	44.370
Passivo não circulante	348.897	429.498

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)**

A movimentação destes financiamentos pode ser assim demonstrada:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 1º de janeiro de 2016	9	512.280
Pagamentos	(9)	(79.443)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	-	41.031
Em 31 de dezembro de 2016	<u>-</u>	<u>473.868</u>
Pagamento de principal	-	(92.218)
Pagamento de juros	-	(34.527)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	-	36.578
Em 31 de dezembro de 2017	<u>-</u>	<u>383.701</u>

Abaixo é demonstrado o fluxo de vencimento das parcelas apresentadas no longo prazo:

<u>Em 31 de dezembro de 2016</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>Após 2021</u>	<u>Total</u>
Monel Monjolinho Energética S.A.	12.187	12.500	12.500	12.500	59.717	109.404
Moinho S.A.	3.315	3.334	3.334	3.334	22.342	35.659
Esmeralda S.A.	5.104	1.326	-	-	-	6.430
Macaúbas Energética S.A.	4.633	5.208	5.819	6.473	62.304	84.437
Novo Horizonte Energética S.A.	4.548	4.200	4.557	5.996	54.596	73.897
Seabra Energética S.A.	3.898	4.397	4.926	5.493	54.042	72.756
Santa Laura S.A.	3.819	3.819	1.909	-	-	9.547
Santa Rosa S.A.	7.352	7.352	7.352	7.352	7.964	37.370
	<u>44.854</u>	<u>42.135</u>	<u>40.397</u>	<u>41.148</u>	<u>260.965</u>	<u>429.498</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>Após 2022</u>	<u>Total</u>
Monel Monjolinho Energética S.A.	12.500	12.500	12.500	12.500	47.217	97.217
Moinho S.A.	3.334	3.334	3.334	3.334	19.008	32.344
Esmeralda S.A.	1.326	-	-	-	-	1.326
Macaúbas Energética S.A.	5.208	5.819	6.473	7.173	55.131	79.804
Novo Horizonte Energética S.A.	4.200	4.557	5.996	6.777	47.819	69.349
Seabra Energética S.A.	4.397	4.926	5.493	6.101	47.940	68.857
	<u>30.965</u>	<u>31.136</u>	<u>33.796</u>	<u>35.885</u>	<u>217.115</u>	<u>348.897</u>

(i) Financiamentos para construção de usinas hidroelétricas (BNDES)

<u>Empresas</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos financeiros % a.a.</u>	<u>Consolidado</u>	
			<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Monel Monjolinho Energética S.A.	Setembro de 2026	TJLP + 2,1	110.108	121.381
Santa Rosa S.A.	Janeiro de 2023	TJLP + 3,8	-	45.718
Moinho S.A.	Agosto de 2028	TJLP + 2,0	35.804	38.742
Esmeralda S.A.	Março de 2019	TJLP + 3,5	6.591	11.738
Santa Laura S.A.	Junho de 2020	TJLP + 3,5	-	13.662
			<u>152.502</u>	<u>231.241</u>

Em dezembro de 2017 as subsidiárias Santa Rosa e Santa Laura liquidaram antecipadamente os financiamentos acima demonstrados.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNDES ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva (Nota 9)" e "Movimento (centralizadora)". Adicionalmente, as referidas cláusulas estabelecem que as empresas: (i) não poderão distribuir dividendos ou pagar juros sobre o capital próprio cujo valor, isolada ou conjuntamente, exceda o valor do dividendo mínimo obrigatório, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro; (ii) não poderão constituir, sem prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro, qualquer gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia; (iii) não poderão ceder nem vincular em favor de outro credor, sem prévia anuência do BNDES ou do Agente Financeiro, a receita cedida e vinculada; e (iv) não emitir debêntures ou partes beneficiárias, nem assumir novas dívidas, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro. Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobrás ou com terceiros; (iv) fiança prestada pela Statkraft Investimentos Ltda e Statkraft Energias Renováveis S.A. (aplicável para a Esmeralda S.A. e Santa Rosa S.A.); (v) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita (Nota 9)); (vi) contratação de carta de fiança bancária, no montante de R\$ 126.000, com vigência até 2027 (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A.) a qual foi retirada ainda no primeiro semestre de 2012, uma vez que o seu ICD exigido foi atingido em 31 de dezembro de 2011; (vii) contratação de carta de fiança bancária, ficando dispensada desde que a Santa Laura S.A. apresente ICSD de 1,3, como mencionado anteriormente, a qual foi retirada ainda no primeiro semestre de 2012, uma vez que o seu ICD exigido foi atingido em 31 de dezembro de 2011; e (viii) penhor dos contratos do projeto, especificamente EPC e O&M ou qualquer outro que outorgue direitos creditórios ao Projeto, que venha a ser firmado entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e terceiros até a quitação integral das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado. Em atendimento aos requerimentos do BNDES ou do Agente Financeiro foram firmados com o Unibanco S.A. (aplicável a Esmeralda S.A. e Santa Laura S.A.), com o Bradesco S.A. (aplicável a Santa Rosa S.A.), com o Banco do Brasil S.A. (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A. e Passos Maia Energética S.A.) e com o Banco Santander S.A. (aplicável a Moinho S.A.), os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

Até o presente momento todas as condições restritivas aos contratos de financiamentos (*covenants*) vêm sendo atendidas. Abaixo são demonstrados os *covenants* financeiros para cada subsidiária:

Descrição do índice:		Monel	Moinho	Esmeralda
Patrimônio líquido / Ativo Total	Índice do contrato	25%	25%	25%
	Índice atingido	32%	37%	44%
Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") (Consolidado)	Índice do contrato	1,3	1,2	1,3
	Índice atingido	2,1	2,0	5,8

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

(ii) Financiamentos para construção de usinas eólicas (BNB)

Empresas	Vencimento	Encargos financeiros % a.a.	Consolidado	
			31.12.2017	31.12.2016
Macaúbas Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	84.402	88.492
Novo Horizonte Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	74.071	77.983
Seabra Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	72.725	76.152
			<u>231.199</u>	<u>242.627</u>

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNB ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva" e "Movimento (centralizadora)". Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobrás ou com terceiros; (iv) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita (Nota 9)); (v) contratação de seguro garantia de conclusão de obra, na modalidade Completion Bond, com validade até seis meses após a entrada em operação comercial do empreendimento; (vi) contratação de fiança bancária, representando 50% do valor do saldo devedor do financiamento, com vigência mínima de dois anos, renovável sucessivamente e mantida por, pelo menos, 12 meses após o início do fluxo de recebíveis transitando pela conta centralizadora dos contratos de venda de energia. Em atendimento aos requerimentos do BNB foram firmados com o próprio BNB os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

O contrato prevê Bônus de Adimplência Sobre Encargos de 25% sobre os encargos incidentes, desde que as prestações de juros ou de principal e juros sejam pagos até as datas dos respectivos vencimentos estipulados no contrato de financiamento. Uma vez respeitadas as condicionantes de pagamento, os encargos financeiros passarão de 9,5% a.a. para 7,125% a.a., cuja diferença será contabilizada como desconto financeiro.

Até o presente momento todas as condições restritivas aos contratos de financiamentos (*covenants*) com o BNB vêm sendo atendidas.

18. CONCESSÕES A PAGAR

O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 72.808, sendo R\$ 8.655 no passivo circulante e R\$ 64.153 no não circulante (R\$ 74.119 em 31 de dezembro de 2016), e refere-se integralmente à obrigação a pagar decorrente do contrato de concessão firmado com a ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico da Monel, ajustado a valor presente, considerando a taxa de juros de 9,50% ao ano. A correspondente obrigação é paga em parcelas mensais, atualizadas anualmente com base na variação do IGPM, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. A primeira parcela teve seu vencimento em setembro de 2009, data de início da operação comercial da usina, e a última terá seu vencimento em abril de 2037.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

19. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Tributos retidos a recolher	115	64	384	283
Pis a recolher	2	5	397	1.496
Cofins a recolher	11	30	1.848	6.690
Outros tributos a recolher	2	4	2	8
IOF a recolher	22	28	22	28
Tributos sobre provisões	1.128	-	6.135	2.264
Total	1.280	131	8.788	10.769
Apresentados como:				
Passivo Circulante	1.280	131	7.775	9.996
Passivo não circulante	-	-	1.013	773

20. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Provisão para compensação ambiental (i)	-	-	1.690	10.665
Provisões pré-operacionais (ii)	-	-	-	1.728
Saldo de P&D (ANEEL) a pagar	-	-	2.183	1.585
Proprietários de Áreas - Servidão	1.387	1.405	2.622	2.745
Arrendamento de terras	-	-	7.045	7.597
Devolução de energia - CCEE (iii)	-	-	-	7.189
Outras contas a pagar	1.685	158	5.217	2.246
Total	3.072	1.563	18.757	33.755
Apresentados como:				
Passivo circulante	3.072	1.563	11.231	23.609
Passivo não circulante	-	-	9.193	10.146

- (i) Saldo referente a autorização emitida pelo órgão licenciador ambiental que atesta que o empreendimento está em conformidade com a legislação ambiental, estando apto a ser implantado ou operar;
- (ii) Valores provisionados na fase de implantação da usina são classificados no ativo imobilizado em curso e no passivo como despesas pré-operacionais; e
- (iii) Provisão de saldo de ressarcimento à CCEE pela geração inferior ao contratado conforme CER (Contrato de Energia de Reserva) da UEE Barra dos Coqueiros (Energen).

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social da Companhia subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2017 (e em 31 de dezembro de 2016), está representado por 143.347.224 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

(b) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado; e
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

O cálculo dos dividendos dos exercícios findos em 31 de dezembro é assim demonstrado:

	<u>31.12.2017</u>	<u>Controladora 31.12.2016</u>
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	8.401	(15.393)
Constituição da reserva legal	<u>(420)</u>	<u>-</u>
Base de cálculo	7.981	-
Dividendo mínimo estatutário - %	<u>25</u>	<u>25</u>
Dividendos mínimos propostos	<u>1.996</u>	<u>-</u>
Dividendos propostos por ação - em R\$	0,0139242	-

A movimentação do saldo de dividendos no passivo e patrimônio líquido da conta de Dividendos a pagar pode ser assim demonstrada:

	<u>Controladora e consolidado 31.12.2017</u>
Em 01 de janeiro de 2016 e em 31 de dezembro de 2016	-
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	<u>1.996</u>
Em 31 de dezembro de 2017	1.996

(c) Reservas de lucros

Abaixo é demonstrado o detalhamento do saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2017:

	<u>Controladora 31.12.2017</u>
Reserva legal	420
Reserva de lucros	<u>21.316</u>
	21.736

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(ii) Retenção de lucros

Constitui-se a reserva de lucro o saldo de lucros remanescente não distribuído no período em questão, cuja destinação fica a cargo da Assembleia de Acionistas, sob autorização prévia do BNDES, no caso da Monel, Esmeralda, Moinho e Passos Maia.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

(d) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo apresentado na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial se refere aos ganhos ou perdas não realizados dos instrumentos financeiros patrimoniais mantidos ao valor justo, e mensurados por meio de outros resultados abrangentes, e representam a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo mensurado para a data de cada demonstração financeira, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos.

22. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita Bruta				
Receita da venda de energia elétrica	-	-	327.344	285.058
Receita da prestação de serviços	12.138	14.719	3.647	5.514
Impostos incidentes sobre receita				
Tributos sobre a venda de energia elétrica	-	-	(20.043)	(14.783)
Tributos sobre a prestação de serviços	(1.128)	-	(140)	(625)
Receita operacional líquida	<u>11.010</u>	<u>14.719</u>	<u>310.808</u>	<u>275.164</u>

23. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS DESPESAS

(a) Custos do fornecimento de energia e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Compra de energia elétrica no mercado de curto prazo	-	-	(84.068)	(12.422)
Compra de energia elétrica no mercado de curto prazo de partes relacionadas	-	-	(4.316)	-
Depreciação e amortização	-	-	(58.951)	(56.092)
Gastos com O&M	-	-	(5.836)	(17.014)
Salários e encargos sociais	(5.827)	(12.913)	(11.120)	(4.837)
Encargos setoriais	-	-	(10.221)	(10.287)
Seguros fianças e comissões	-	-	(6.188)	(5.107)
Viagens e estadias	(55)	(175)	(56)	(175)
Outros	(66)	(33)	(2.314)	(1.926)
	<u>(5.948)</u>	<u>(13.121)</u>	<u>(183.070)</u>	<u>(107.860)</u>

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

(b) Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Serviços de terceiros	(9.301)	(5.856)	(9.759)	(8.269)
Salários e encargos sociais	(3.270)	(1.533)	(11.230)	(9.610)
Remuneração dos administradores	(6.792)	(5.535)	(6.792)	(5.535)
Encargos setoriais	-	-	(3.043)	(3.819)
Viagens e estadias	(1.620)	(1.358)	(2.124)	(1.375)
Serviços prestados por partes relacionadas	(868)	(9.129)	(1.024)	(9.129)
Aluguel	(959)	(761)	(1.534)	(766)
Impostos e taxas	(86)	(163)	(1.120)	(423)
Perda de créditos financeiros	-	-	-	-
Provisões para contingências	-	(984)	-	(4.470)
Participação nos Resultados	(626)	(633)	(953)	(633)
Propaganda e publicidade	(129)	(175)	(436)	(433)
Seguros fianças e comissões	-	-	(57)	(20)
Penalidades	(65)	-	(151)	(668)
Depreciação e amortização	(627)	(512)	(627)	(512)
Amortização de ágio	-	(767)	-	(767)
Estudos em desenvolvimento	(329)	(1.806)	(329)	(1.806)
Perdas em outros ativos	(3.049)	-	(3.053)	-
Outros	(1.247)	(3.095)	(4.171)	(3.429)
	<u>(28.968)</u>	<u>(32.307)</u>	<u>(46.403)</u>	<u>(51.664)</u>

(c) Outras despesas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Provisões para contingências	(44.070)	-	(47.041)	-
Provisão para perda ao valor recuperável de ativos	-	(52.507)	(12.754)	(58.908)
Tributos sobre outras receitas operacionais	(31)	-	156	(4.243)
Outros	1.173	3	3.500	(156)
Total	<u>(42.928)</u>	<u>(52.504)</u>	<u>(56.139)</u>	<u>(63.307)</u>

O resultado consolidado de provisões para contingências se referem ao saldo líquido de movimentação dos saldos de provisões para contingências, e condenações no ano de 2017, tendo como causa mais relevante o acordo referente ao caso da BBE Brasil Bioenergia, mencionado na nota 29 destas demonstrações.

A provisão para perda ao valor recuperável contabilizada no resultado em 2017 se refere exclusivamente à controlada UHE Energen, conforme detalhado na nota 13 (i).

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016
Despesas financeiras		
Com financiamentos	(262)	(300)
Comissão de fiança e garantias	(76)	(112)
IOF, multas e juros sobre tributos	(1.478)	1.600
Variação monetária passiva	(48)	(39)
Juros sobre contrato de mutuo	(11.168)	-
Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros	(2.101)	-
Outras despesas financeiras	(156)	(3.770)
	<u>(15.289)</u>	<u>(2.621)</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	6.232	8.998
Variação monetária ativa	637	48
Outras Receitas financeiras	579	687
	<u>7.448</u>	<u>9.733</u>
	<u>(7.841)</u>	<u>7.112</u>
		Consolidado
	31.12.2017	31.12.2016
Despesas financeiras		
Com financiamentos	(36.578)	(41.455)
Comissão de fiança e garantias	(325)	(528)
IOF, multas e juros sobre tributos	(2.454)	(818)
Variação monetária passiva	(229)	(52)
Despesas financeiras sobre concessões a pagar	(5.986)	(11.255)
Juros sobre contrato de mutuo	(11.168)	-
Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros	(2.101)	-
Outras despesas financeiras	791	(15.841)
	<u>(58.050)</u>	<u>(69.949)</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	19.769	23.745
Variação monetária ativa	646	51
Receita de atualização de contrato de energia	1.754	-
Outras Receitas financeiras	1.109	3.024
	<u>23.278</u>	<u>26.820</u>
	<u>(34.772)</u>	<u>(43.129)</u>

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Para o exercício em curso

Para fins de apuração de impostos, a controladora SKER, assim como sua controlada Monel Monjolinho Energética S.A., optaram pela apuração do resultado tributável observando o regime do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Corrente	-	-	(11.946)	(37.836)
Diferido	20.373	2.265	21.235	5.868
	<u>20.373</u>	<u>2.265</u>	<u>9.289</u>	<u>(31.968)</u>

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

(b) Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	31.12.2017	Controladora 31.12.2016
Prejuízo antes dos tributos e das operações descontinuadas	(8.945)	(15.603)
Adições ao lucro líquido para apuração do Lucro Real	-	481
Exclusões do lucro líquido para apuração do Lucro Real	13	-
Receita de dividendos não tributáveis	(14.305)	-
Resultado de participações societárias	(51.425)	(58.937)
	<u>(74.662)</u>	<u>(74.059)</u>
Alíquota nominal combinada do IR e CSLL %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	25.385	25.180
Exclusão dos tributos diferidos sem perspectiva de realização	(25.409)	(22.915)
Reconhecimento de tributos diferidos sobre prejuízo fiscal de períodos anteriores	20.373	-
Diferença de alíquota adicional de imposto de renda	24	-
Encargo no resultado do período	<u>20.373</u>	<u>2.265</u>
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Lucro (prejuízo) antes dos tributos e das operações descontinuadas	2.139	18.479
Adições ao lucro líquido para apuração do Lucro Real	159	213
Exclusões do lucro líquido para apuração do Lucro Real	-	-
Efeitos da consolidação	-	-
Receita de dividendos não tributáveis	(14.305)	-
Resultado de participações societárias	2.590	(7.714)
	<u>(9.417)</u>	<u>10.978</u>
Alíquota nominal combinada do IR e CSLL %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	3.202	(3.733)
Resultado da diferença da tributação pelo lucro presumido para controladas	8.222	9.710
Exclusão dos tributos diferidos sem perspectiva de realização	(25.452)	(22.915)
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias não reconhecidos	-	-
Reconhecimento de tributos diferidos sobre prejuízo fiscal de períodos anteriores	20.373	-
Reconhecimento de tributos contingentes	2.896	(15.030)
Diferença de alíquota adicional de imposto de renda	48	-
Encargo no resultado do período	<u>9.289</u>	<u>(31.968)</u>

(c) Composição de créditos fiscais

A Companhia reconheceu no resultado do período de 2017 R\$ 19.683, em ativo fiscal diferido decorrente de créditos de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL, cujo saldo foi destinado a amortização de débitos fiscais de suas controladas, em face de disposições fiscais vigentes - Programa de Regularização Tributária (PRT) - MP 766 de 4 de janeiro de 2017 e IN 1687 de 31 de janeiro de 2017, doravante substituída pela MP 783 de 31 de maio de 2017 - Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) e IN 1711 de 16 de junho de 2017. O valor da dívida declarado, compensado e quitado pelas controladas, depende do processo de confirmação dos créditos fiscais a serem homologados pela Receita Federal do Brasil. Adicionalmente, em 31 de outubro de 2017, a sua controlada Energen Energias Renováveis S.A, aderiu ao programa de parcelamento de tributos federais (PERT), através da Lei 13.496 compensando saldos negativo no montante de R\$ 180. Abaixo o detalhamento das controladas que utilizaram os créditos fiscais da controladora:

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	<u>Créditos Fiscais reconhecidos</u>
Statkraft Energias Renováveis S.A	39
Novo Horizonte Energética S.A	7.369
Seabra Energética S.A	7.256
Macaúbas Energética S.A	5.019
Energen Energias Renováveis S.A	180
Total - créditos de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL, utilizado no PRT (Programa de Regularização Tributária)	<u>19.863</u>

(d) Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo financeiros.

O grupo constituiu impostos diferidos sobre diferenças temporárias referentes a diferenças de taxas de depreciação societária e regulatória (ANEEL) em sua controlada Monel Monjolinho Energética S.A., no montante de R\$ 12.596, a expectativa de realização do total de impostos diferidos ativos sobre tais diferenças é de abril de 2037, prazo final de concessão da controlada.

Além dos tributos sobre as diferenças temporárias, e sobre o PRT demonstrados na alínea anterior, o Grupo reconheceu R\$ 336 referente diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial, e R\$ 174 de diferidos sobre outras naturezas.

26. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

(a) Seguros de Responsabilidade dos Administradores (D&O)

A Companhia é cossegurada na apólice detida pela parte relacionada Statkraft Energia do Brasil Ltda.

(b) Seguros de riscos operacionais

A Companhia também possui seguro contratado para Riscos Operacionais para suas usinas, visando a cobertura para eventuais danos materiais e lucros cessantes, com valores em risco e limites de indenização adequados a continuidade de suas operações.

(c) Seguro de responsabilidade civil

Adicionalmente, a companhia possui seguro de responsabilidade civil para suas usinas.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas não possuem quaisquer outras operações com instrumentos financeiros que não refletidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

A Companhia e suas controladas operam com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores, financiamentos, concessões a pagar e mútuos com partes relacionadas.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

27.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria do Grupo Statkraft, segundo ainda as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da mesma. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global bem como para áreas específicas como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

Considerando que o Grupo não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia não são, substancialmente, afetados pelas mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco associado é oriundo apenas da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que venham aumentar as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez e o risco do Grupo não vir a dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área de Tesouraria.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito da Companhia está atualmente concentrado nos contratos de venda de energia no mercado regulado (ACR), cabendo uma pequena parcela da energia vendida no mercado livre (ACL). Os contratos regulados são padronizados, incluindo os mecanismos de garantia neles previsto. Por outro lado, as contrapartes no mercado livre passam por criteriosa avaliação de crédito feita pela Companhia onde é definida a classificação de risco, garantias requeridas e limites para operação. Atualmente a Companhia possui em sua carteira no mercado livre somente contrapartes com excelente avaliação de crédito.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros (não derivativos) do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

	Controladora		Consolidado		
	Menos de um ano	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2017					
Fornecedores nacionais	509	5.038			
Financiamentos	-	34.804	62.102	69.681	217.114
Partes relacionadas	54.207	54.207			
Contas a pagar por aquisição de terras	1.405	2.719			
Concessões a pagar		7.965	17.160	18.847	203.385
Em 31 de dezembro de 2016					
Fornecedores nacionais	690	9.730			
Financiamentos	-	44.370	86.487	80.759	258.288
Partes relacionadas	616	1.629			
Contas a pagar por aquisição de terras	1.905	3.200			
Concessões a pagar	-	8.107	17.320	19.023	223.614

A Companhia entende não haver riscos significativos de liquidez.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

(d) Risco de vencimento antecipado do financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritiva, presentes nos contratos de financiamento firmados com o BNDES e BNB (Nota 17), as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. A administração monitora regularmente estes índices financeiros, com o objetivo de tomar as ações necessárias para garantir que os contratos de financiamentos não tenham seu vencimento antecipado.

(e) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, demonstramos, a seguir, quadro ilustrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias, bem como sobre as despesas financeiras apuradas sobre o cenário projetado para 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem.

Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

i. Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado nas tabelas a seguir e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apurou-se o diferencial de juros para cada um dos cenários projetados.

Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideramos apenas os riscos para as demonstrações financeiras, ou seja, foram isolados e excluídos os fatores de juros prefixados por não apresentarem riscos às demonstrações financeiras por conta de variações nos cenários econômicos.

O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia, que por sua vez estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Banco BTG Pactual S.A., na data de 31 de dezembro de 2015, para cada uma das variáveis indicadas. As taxas de juros estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Focus do Banco Central do Brasil (BACEN), na data de 31 de dezembro de 2016. Adicionalmente, as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2017.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

ii. Fator de risco para mudança na taxa de juros (consolidado)

Fator de risco	Valores expostos em 2017	Valores expostos em 2016	Variações adicionais no saldo contábil (*)					
			-50%	-25%	Cenário provável	25%	50%	
Aplicações financeiras								
Aplicações financeiras restritas								
Impacto líquido								
Empréstimos e financiamentos								
Taxas consideradas - % ao ano								
Taxas consideradas - % ao ano								

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

(f) Estimativa do valor justo

Considera-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, concessões a pagar, demonstrados a valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, venham a estar próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- (i) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);
- (ii) Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- (iii) Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Em 31 de dezembro de 2017

	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Consolidado</u> <u>Saldo total</u>
Ativo			
Aplicação financeira restrita	42.914		42.914
Investimentos ao valor justo		63.416	63.416
Total do ativo	<u>42.914</u>	<u>63.416</u>	<u>106.330</u>

Em 31 de dezembro de 2016

	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Consolidado</u> <u>Saldo total</u>
Ativo			
Aplicação financeira restrita	91.123		91.123
Investimentos ao valor justo		79.462	79.462
Total do ativo	<u>91.123</u>	<u>79.462</u>	<u>170.585</u>

A Companhia possui investimentos nas empresas Ceran - Companhia Energética Rio das Antas S.A. na ordem de 5% e Dfesa - Dona Francisca Energética S.A. na ordem de 2,12%, nas quais não tem influência significativa e são registrados a valor justo nos respectivos montantes de R\$ 55.080 mil e R\$ 8.336 mil. A companhia preparou os fluxos de caixa futuros para a avaliação do valor de seu investimento considerando como fim a data de finalização do contrato de concessão. Existe a possibilidade de prorrogação do prazo de concessão desta Companhia investida por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de concessão, entretanto é necessário à autorização de terceiros para a renovação da concessão. Assim a possível prorrogação pode acarretar em valores diferentes dos atuais registrados.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)**

(g) Instrumentos financeiros por categoria

	Consolidado			
	Ativos e passivos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
31 de dezembro de 2017				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa		183.324		183.324
Contas a receber de clientes		121.231		121.231
Partes relacionadas a receber		6.445		6.445
Outros ativos		5.044		5.044
Aplicação financeira restrita	42.914			42.914
Investimentos não controlados ao valor justo			63.416	63.416
Propriedades para investimentos	16.177			16.177
	<u>59.091</u>	<u>316.044</u>	<u>63.416</u>	<u>438.551</u>

	Consolidado			
	Ativos e passivos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
31 de dezembro de 2016				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa		140.761		140.761
Contas a receber de clientes		87.806		87.806
Partes relacionadas a receber		8.028		8.028
Outros ativos		8.979		8.979
Aplicação financeira restrita	91.123			91.123
Investimentos não controlados ao valor justo			79.462	79.462
Propriedades para investimentos	16.177			16.177
	<u>107.300</u>	<u>245.574</u>	<u>79.462</u>	<u>432.336</u>

	Consolidado	
31 de dezembro de 2017		
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores nacionais		102.573
Financiamentos		383.701
Partes relacionadas - passivo		53.331
Contas a pagar por aquisição de terras		7.093
Concessão a pagar		72.808
		<u>619.506</u>

31 de dezembro de 2016		
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores nacionais		45.643
Financiamentos		473.868
Partes relacionadas - passivo		1.629
Contas a pagar por aquisição de terras		7.597
Concessão a pagar		74.119
		<u>602.856</u>

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A qualidade dos créditos dos ativos financeiros que não estão vencidos ou reduzidos ao seu valor recuperável pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou as informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Contas a receber				
Contrapartes com classificação externa de crédito (*)				
AA+	-	-		229
A+	-	-	1.665	1.991
AAA	-	-		
AA	-	-		240
A	-	-	1.106	
AA-	-	-	5.940	11.452
A-	-	-		
B	-	-		16
BBB+	-	-		
BB+	-	-		
BBB-	-	-	5.052	
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.763</u>	<u>13.928</u>
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Grupo 1	-	-	-	-
Grupo 2	-	598	33.193	73.878
Grupo 3	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Partes relacionadas				
Grupo 2	3.836	20.028	986	8.028
	<u>3.836</u>	<u>20.028</u>	<u>986</u>	<u>8.028</u>
Total de contas a receber e partes relacionadas	<u>3.836</u>	<u>20.626</u>	<u>47.942</u>	<u>95.834</u>
Caixa, equivalentes de caixa e aplicação financeira restrita				
Caixa em espécie - sem classificação	4	4	12	4
brAAA Local Aaa.br Moody's	65.660	63.548	295.136	201.651
brAa1 Local Aa1.br Moody's	27.517	-	27.517	-
br.BBB- Local Baa3.br Moody's	-	-	32.920	30.229
	<u>93.181</u>	<u>63.552</u>	<u>355.585</u>	<u>231.884</u>

Legenda:

(*) Rating de classificação Standard & Poor's e Fitch Ratings.

Grupo 1 - novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses) - não aplicável.

Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado.

Grupo 3 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) com algumas inadimplências no passado. Todas as inadimplências foram totalmente recuperadas - não aplicável.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

28. OUTROS RISCOS OPERACIONAIS

(a) Risco hidrológico

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada por elas, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva autorização e suas alterações subsequentes emitidas pelo mesmo.

As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo MRE (Mecanismo de Realocação de Energia), cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando que todas as usinas participantes recebam pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada.

Tendo em vista que o MRE está suscetível a déficit de energia (geração do MRE inferior a garantia física do MRE) foi criado o Fator de Ajuste da Garantia Física, ou Generation Scaling Factor – GSF o qual reduz a garantia física de todas as usinas pertencentes ao MRE. Deste modo, as usinas precisam comprar energia no curto prazo, valorada ao PLD, para honrar seus contratos de fornecimento de energia.

Com o intuito de mitigar/extinguir esta exposição a Lei 13.203/2015 sancionou a repactuação do risco hidrológico as qual as usinas PCH Esmeralda, PCH Santo Rosa e PCH Santa Laura aderiram e repactuação na modalidade de proteção de 100% extinguindo assim o risco de GSF.

Além do mais, é possível a saída e regresso de usinas do MRE (dentro dos prazos e para determinadas usinas), onde as usinas não participantes destes mecanismos devem produzir mensalmente a garantia física alocada para o mês em questão. Verificando esta possibilidade a empresa adotou a estratégia de saída e regresso das usinas de seu portfólio do MRE. PCH Moinho e PCH Passos Maia saíram do MRE em julho/2015 e regressaram em junho/2016, já as PCH's Santa Laura e Esmeralda saíram em julho/2016 e retornaram em julho/2017.

(b) Risco de não prorrogação da autorização ou concessão

A Companhia possui autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica. Caso a prorrogação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização hoje outorgada a Companhia será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.

29. CONTINGÊNCIAS

A companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem processos trabalhistas, fiscais e cíveis.

Os valores provisionados são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Processos trabalhistas	3.060	2.641	3.060	2.641
Processos fiscais	1.386		2.220	384
Processos cíveis	10.269	58.355	18.028	61.457
	<u>14.715</u>	<u>60.996</u>	<u>23.308</u>	<u>64.482</u>

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A movimentação dos saldos passivos é assim demonstrada:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 31 de dezembro de 2016	60.996	64.482
Adição	2.332	8.413
Utilização	<u>(48.613)</u>	<u>(49.587)</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u>14.715</u>	<u>23.308</u>

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2017, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

	<u>Consolidado</u> <u>31.12.2017</u>	<u>Consolidado</u> <u>31.12.2016</u>
Trabalhistas	467	
Fiscais	565	565
Cíveis	<u>1.069</u>	<u>1.894</u>
	<u>2.101</u>	<u>2.459</u>

Além dos valores apresentados no quadro acima, a Companhia também é ré, entre outros, na ação civil pública cumulada com ação por ato de improbidade administrativa ajuizada inicialmente pelo Ministério Público Federal, e atualmente pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina (em razão de declínio de competência), em virtude de supostos atos de improbidade administrativa na obtenção das licenças ambientais de instalação de usinas eólicas do Parque de Água Doce, no valor histórico de R\$ 1,3 bilhão. Esta ação judicial tem avaliação de perda possível indicada pelos seus patronos, sendo, contudo, ilíquida para a fase processual em que se encontra a lide.

A Companhia vinha discutindo judicialmente execuções de sentença arbitral referente integralizações não realizadas na BBE Brasil Bioenergia (valores devidos e honorários advocatícios). Em razão de nossas impugnações terem sido conhecidas, porém indeferidas, nos vimos obrigados, em junho de 2017, a depositar a totalidade do montante devido à Exequente. A fim de reduzir o montante condenatório e pôr fim a todas as execuções, as Partes chegaram a acordo em agosto de 2017, encerrando os processos pelo valor de 51,3 milhões de reais.

A Companhia e diversos outros réus são Parte em ação civil pública ajuizada pela ANIPA (Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF) que tem por objetivo reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por má administração dos recursos pela FUNCEF. O montante requerido na ação é de R\$ 8,2 bilhões, inexistindo individualização de valores por réu. Neste momento, fase inicial de instrução processual, não é possível estimar se haverá qualquer impacto para a Companhia, tampouco o valor aproximado de condenação, caso haja. Desta forma a lide resta classificada com a avaliação de risco possível, e ilíquida.

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

30. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido, (ou prejuízo) disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais com efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	8.401	(15.393)	8.401	(15.544)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	<u>143.347</u>	<u>143.347</u>	<u>143.347</u>	<u>143.347</u>
Lucro (Prejuízo) por ação	<u>0,05861</u>	<u>(0,10738)</u>	<u>0,05861</u>	<u>(0,10844)</u>

Ações em circulação, conforme normas aplicáveis, se referem ao total de ações emitidas pela Companhia excluídas aquelas mantidas em tesouraria.

31. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício de 2017 e 2016, o Grupo realizou as seguintes atividades de investimento e não envolvendo caixa; portanto, estas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

- Em 20 de setembro de 2017, o grupo constituiu provisão para desmobilização dos parques eólicos, no valor o total de R\$ 9.675, conforme mencionado na nota explicativa nº 13.
- Em 15 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou redução de capital no valor de R\$ 168.947, absorvendo integralmente os prejuízos acumulados apresentados até 30 de setembro de 2017, não havendo quaisquer desembolsos por conta deste fato.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

As liminares mencionadas no contexto operacional que protegiam os geradores hidrelétricos dos efeitos do GSF foram derrubadas pela União em 15 de dezembro de 2017, ficando a Passos Maia sem a referida proteção. O fato da queda liminar não afetou os saldos contábeis já contabilizados na Companhia. O saldo de mercado de curto prazo acumulado durante o período da liminar a pagar da Passos Maia foi liquidado no dia 09 de janeiro de 2018. A queda da liminar não extingue a discussão sobre os impactos do GSF às geradoras.

Em 25 de janeiro de 2018, a SKER recebeu pedidos de informação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre informações financeiras relacionadas aos investimentos históricos, os quais foram respondidos dentro do prazo estabelecido.



Divulgação de Resultados

Relatório da Administração 2017



Statkraft

Statkraft anuncia lucro líquido de R\$ 8,4 milhões em 2017. Desempenho operacional estável, afetado pelo risco hidrológico e efeito legado.

Florianópolis, 14 março de 2018 – A Statkraft Energias Renováveis S.A. (“Statkraft” ou “Companhia”), listada na BM&FBovespa (STKF3), no segmento Bovespa Mais, geradora de energia elétrica através de fontes renováveis, anuncia hoje seu resultado de 2017. As informações financeiras e operacionais a seguir se referem aos resultados consolidados da Statkraft Energias Renováveis S.A. Tais informações estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e também estão apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS). As informações estão apresentadas em Reais (R\$) e as comparações, exceto onde indicado, referem-se aos resultados de 2016.

1) Destaques do período

- ▶ **Em 2017 a Companhia não apresentou fatalidades ou sérios incidentes ao meio ambiente.** A Statkraft tem como objetivo um alto padrão de segurança para todos seus colaboradores e stakeholders.
- ▶ Em 2017 a **receita operacional líquida somou R\$ 310,8 milhões**, aumento de R\$ 35,5 milhões, equivalente a 12,9% comparado com o ano de 2016, fruto da correção dos contratos de venda de energia e o melhor desempenho dos parques eólicos da Bahia.
- ▶ **Cenário hidrológico impactou negativamente 2017**, sendo o efeito negativo de R\$ 42,9 milhões reconhecido no resultado, afetando o lucro líquido e margem EBITDA da Companhia em 2017.
- ▶ **EBITDA totalizou R\$ 109,2 milhões em 2017**, redução de R\$ 68,6 milhões, comparado a 2016, fruto principalmente do efeito não recorrente advindo de condenação judicial e compra de energia fruto da hidrologia.
- ▶ A Companhia efetuou, em dezembro de 2017, o **pré-pagamento da dívida com BNDES nas subsidiárias PCH Santa Laura e PCH Santa Rosa, nos montantes de R\$ 10,2 e 39,2 milhões**, respectivamente. A iniciativa faz parte do plano da Companhia de revisão de sua estrutura de capital, o que possibilitou melhoras nos indicadores de liquidez e custo da dívida.
- ▶ A Companhia realizou, em 15 de dezembro de 2017, **redução de capital social no montante de R\$ 168,9 milhões**. Tal redução permitiu absorção de prejuízos acumulados constantes das informações trimestrais no 3T17. Após a redução, permanece inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital da Companhia, sem cancelamento de ações.
- ▶ **A Companhia apurou lucro líquido de R\$ 8,4 milhões em 2017.** O resultado foi impactado por efeito legado de execução judicial, bem como pelo cenário hidrológico acima mencionado. Ainda assim, o lucro apurado constitui um importante marco estratégico da Companhia, bem como a coloca em posição de distribuição de dividendos aos seus acionistas.

Principais Indicadores	2016	2017	Var. (%)
Receita líquida (R\$ mil)	275.164	310.808	12,9
EBITDA gerencial ¹ (R\$ mil)	182.587	152.995	-16,2
EBITDA ICVM 527(R\$ mil)	177.887	109.243	-38,6
Margem EBITDA gerencial ¹ (%)	66,3%	49,5%	-16,8 p.p.
Margem EBITDA (%)	64,6%	35,3%	-29,3 p.p.
Lucro líquido gerencial ¹ (R\$ mil)	76.964	56.475	-26,6
Lucro / (Prejuízo) líquido (R\$ mil)	(15.544)	8.401	154,0
Dívida Líquida (R\$ milhões)	242,0	156,7	-35,3
Preço líquido (R\$/MWh)	203,02	213,16	5,0
Energia gerada (MWh)	1.448,5	1.307,8	-9,7
Disponibilidade (%)	95,1	94,6	-0,5 p.p.

2) Mensagem da Administração

Fortalecimento da estrutura como plataforma para o crescimento

No dia 13 de julho de 2015, ocorreu a conclusão da operação de consolidação do controle da Statkraft Energias Renováveis S.A., na qual o Grupo Statkraft, por meio da Statkraft Investimentos Ltda., ampliou sua participação acionária para 81,3% e a FUNCEF manteve sua participação de 18,7%.

Como forma de assegurar o funcionamento da Companhia em linha com o modelo operacional do Grupo Statkraft e garantir uma transição segura e sólida, imediatamente após a finalização da operação deu-se início o processo de integração.

O objetivo do Projeto de Integração era capturar as sinergias com o Grupo Statkraft e melhorar os processos corporativos de forma geral, com ênfase em controles, eficiência operacional, *compliance*, governança e mitigação de riscos, garantindo melhores resultados aos acionistas da Companhia.

Ao final do ano de 2016, após extensivo processo de Auditoria Interna, o Grupo Statkraft reconheceu o sucesso da implantação, atestando a aderência da Statkraft Energias Renováveis ao modelo operacional corporativo, denominado *The Statkraft Way*.

Já no início do ano de 2017, como parte da revisão estratégica, o Grupo Statkraft reiterou sua estratégia de ampliar as operações fora da Noruega. Nesse sentido o Brasil foi apontado como uma das principais plataformas do Grupo Statkraft para crescimento fora da Europa. As oportunidades de mercado contribuíram para essa direção estratégica, mas também o fato de que as operações no Brasil estão de acordo com as políticas e padrões do Grupo Statkraft são fundamentais para a mudança de um mandato operacional para um mandato de crescimento.

Assim, a Administração da Statkraft Energias Renováveis S.A. está analisando alternativas de crescimento com base no estudo de seu portfólio de projetos em desenvolvimento, bem como a possibilidade de aquisição de projetos em operação, construção e / ou desenvolvimento. O foco do crescimento será baseado em fontes renováveis, como energia hidrelétrica, energia eólica e solar, através de investimentos que gerarão valor para os acionistas.

Além disso, a Administração da Companhia busca elevar os padrões de crédito da Statkraft Energias Renováveis S.A. com o objetivo de viabilizar esta nova fase de crescimento de suas operações, sendo, por exemplo, a recente redução do seu nível de endividamento uma melhora nas métricas de seu Balanço Patrimonial.

Eventos marcantes no exercício

Sob a perspectiva operacional, destaca-se o risco hidrológico vivenciado pelo setor elétrico em 2017, ano em que o Brasil enfrentou a sua maior crise hídrica já registrada, de modo que os reservatórios tenham atingido patamares extremamente baixos. Como consequência, os geradores foram expostos aos mais elevados índices de GSF no segundo semestre de 2017, sendo a SKER impactada em R\$ 46,3 milhões, apesar da alta disponibilidade dos ativos.

Ainda, durante o mês de junho de 2017, a Companhia sofreu execução arbitral, com efeito negativo ao resultado de R\$ 38,6 milhões, sendo este um efeito legado não recorrente.

Em linha com o compromisso da Statkraft com os mais altos padrões de ética, *compliance* e integridade, cabe destacar o reconhecimento pelo Ministério Público Federal e Polícia Federal em Brasília/DF da inexistência de qualquer relação entre os fatos investigados pela “Operação Greenfield” e a Companhia. A decisão mitigou possível efeito ao resultado da SKER, bem como reestabeleceu sua reputação perante o mercado.

Outros eventos importantes destacados neste Relatório de Administração denotam o alto nível de controles da Companhia, bem como a total aderência às normas internacionais de contabilidade (IFRS).

Diante dos fatores acima expostos, iniciamos o ano de 2018 com expectativa positiva para os nossos resultados.

Fernando De Lapuerta Montoya
Diretor Presidente

Leoze Lobo Maia Junior
Diretor Financeiro e de RI

3) Sobre a Statkraft Energias Renováveis S.A.

A Statkraft Energias Renováveis S.A., constituída em 19 de maio de 1995, tem por objeto (i) a participação em outras sociedades nas áreas de geração de energia elétrica originada de fontes renováveis e operação e manutenção de usinas de geração de energia elétrica, (ii) a prestação de serviços de assessoria, consultoria, administração, gerenciamento e supervisão, nas suas áreas de atuação; e (iii) a implementação, propriedade, financiamento e operação de projetos de energia renovável, com principal foco naqueles de geração de energia hidrelétrica, mas também incluindo os projetos de energia eólica e solar.

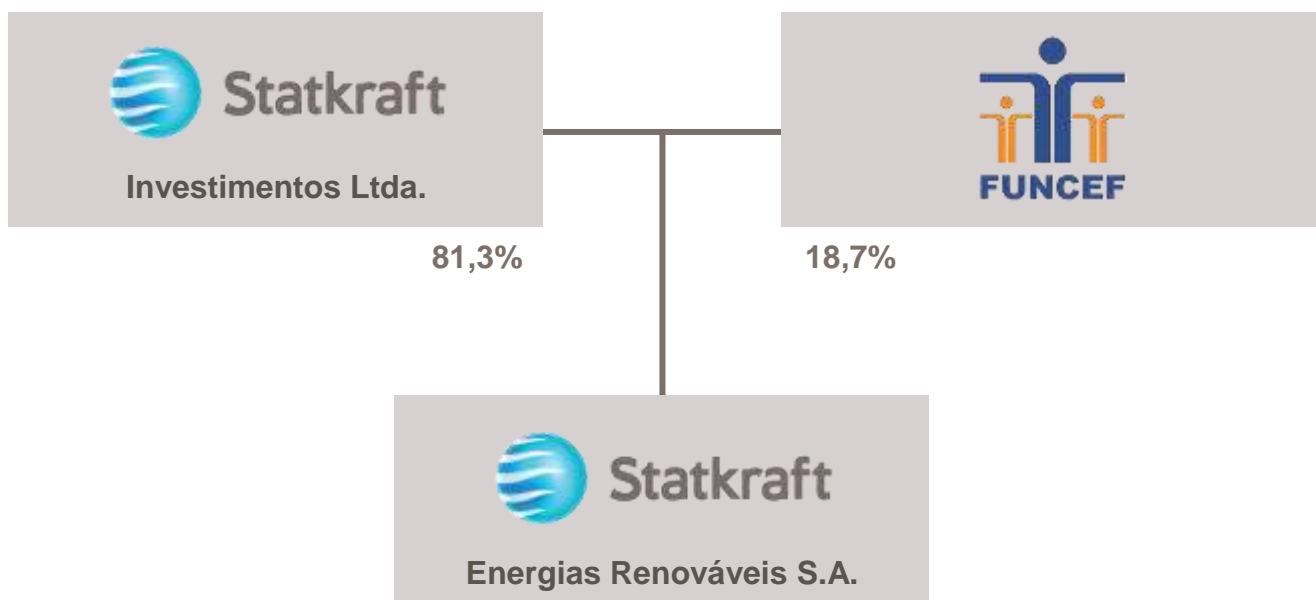
A Companhia atua de maneira integrada, possuindo experiência em todo o ciclo de negócio, desde a execução de inventários, passando pelo licenciamento, modelagem econômico-financeira, financiamento, acompanhamento da construção, até a operação de empreendimentos de geração de energia, nas fontes de energia renovável em que atua.

Além da operação e implantação de seus empreendimentos, as atividades da Statkraft Energias Renováveis S.A. buscam o constante desenvolvimento de novos projetos, visando garantir o crescimento futuro da empresa.

Atualmente os ativos da Companhia incluem 6 usinas hidrelétricas, participações minoritárias em 4 usinas hidrelétricas, 1 complexo eólico no estado da Bahia formado por 3 usinas, 1 usina eólica no estado de Sergipe, perfazendo capacidade instalada própria de 318 MW, além de possuir portfólio de projetos relacionados principalmente à energia hidráulica de menor escala.

4) Nossos acionistas

A Statkraft Energias Renováveis S.A possui uma sólida base acionária, responsável pela orientação dos negócios, bem como pelo aporte de capital e investimentos necessários para a manutenção das atividades.



GRUPO STATKRAFT

No capital da Companhia desde Março de 2012

A STATKRAFT é uma empresa de origem norueguesa, líder em energia renovável da Europa, atuando nos segmentos de energia hidroelétrica, energia eólica e aquecimento urbano. Historicamente está ligada intrinsecamente com o desenvolvimento de geração de energia hidroelétrica da Noruega desde os primórdios do século XIX, quando o poder de cachoeira do país foi explorado pela primeira vez. Possui usinas de energia ao redor do mundo com 387 plantas e uma capacidade de 19.270 MW, com produção anual estimada de 66 TWh, sendo 97% de fontes renováveis. Sua estrutura conta com aproximadamente 3.800 funcionários espalhados em mais de 20 países.

No dia 26/09/2017 o Conselho de Administração da Statkraft aprovou um acordo para troca de ações entre SN Power e Statkraft IH Invest AS, a partir do qual a Statkraft passou a deter 100% das ações relacionadas aos investimentos no Brasil. Esta ação está em linha com a estratégia da Statkraft na geração de energia internacional, que consiste em construir posições mais fortes em menos mercados e ampliar seu portfólio para incluir mais energia eólica e energia solar, além de energia hidrelétrica.

O governo da Noruega (Rating AAA – S&P e Aaa – Moody's) detém 100% das ações da Statkraft e confere ao grupo forte solidez financeira e visão de longo prazo.

FUNCEF

No capital da Companhia desde setembro de 2009

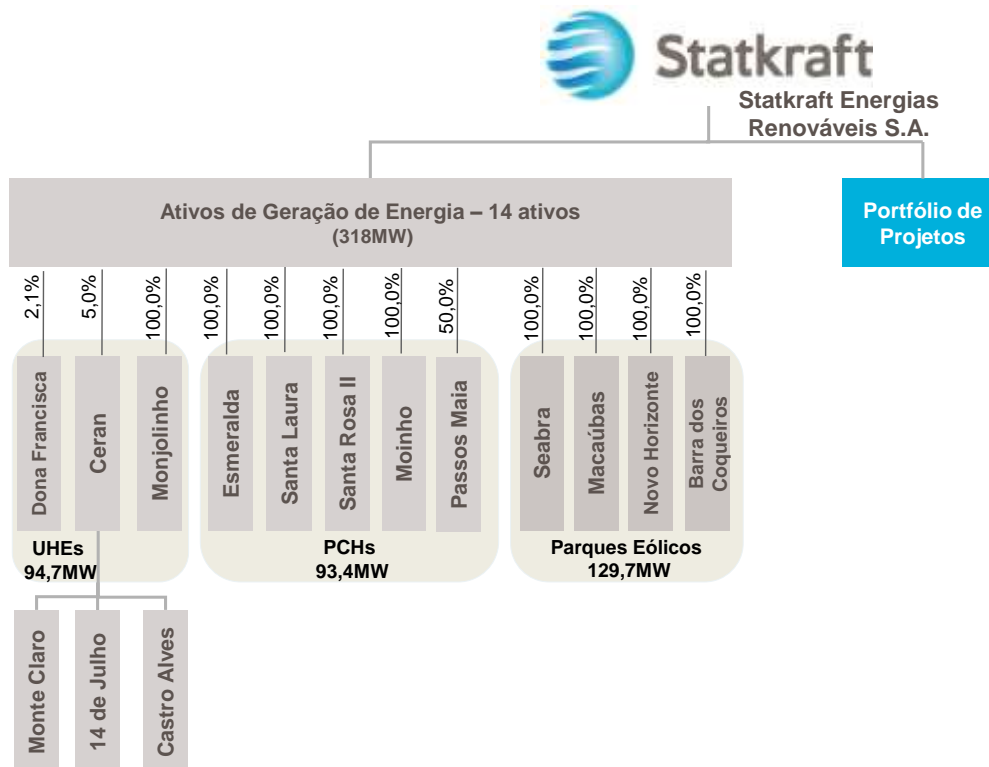
A FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais - é o terceiro maior fundo de pensão do Brasil e um dos maiores da América Latina. Entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, foi criada com base na Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, com o objetivo de administrar o plano de previdência complementar dos empregados da Caixa Econômica Federal. Atualmente a FUNCEF possui patrimônio ativo total superior a R\$ 58 bilhões e aproximadamente 137 mil participantes.

A Fundação é regida pela legislação específica do setor, por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa. Seus recursos são investidos em áreas diversas que se dividem em: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, imóveis e operações com participantes. Esses investimentos garantem o pagamento dos benefícios de seus participantes e, como aplica seus recursos no país, a FUNCEF, como investidor institucional, tem papel ativo no desenvolvimento nacional.

A FUNCEF foi o primeiro fundo de pensão do país a aderir ao Código Stewardship. O código reúne um conjunto de princípios e recomendações de governança para investidores institucionais – os stewards, no jargão de mercado -, responsáveis por administrar recursos de terceiros. Ainda sem tradução em português, Stewardship resume o conceito de dever fiduciário: a obrigação assumida por esses investidores em atuar no melhor interesse de seus clientes/investidores.

5) Estrutura Societária da Holding e suas participações

A Statkraft Energias Renováveis S.A. é uma holding de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) que possui uma matriz energética com capacidade instalada de 318 MW, compreendendo 14 empreendimentos em operação.



6) Governança corporativa

A Companhia adota elevado padrão de governança corporativa, em consonância com Companhias abertas e listadas, pois aderiu ao “Bovespa Mais” desde outubro de 2011, contando com Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Assessoramento, Auditoria Externa e Área de Relações com Investidores.

A governança corporativa da Statkraft Energias Renováveis S.A. está refletida nas suas práticas de gestão e em seu Estatuto Social, que tem como principais destaques a vedação ao registro de voto de representantes de partes relacionadas em reuniões de Conselho ou em Assembleias, sempre que a deliberação envolver potencial conflito de interesses, a adoção de Conselho Fiscal permanente, o capital Social composto exclusivamente por Ações Ordinárias e a contratação de empresa independente exclusivamente para auditoria das demonstrações financeiras. A Companhia também está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula Compromissória constante no Estatuto Social.

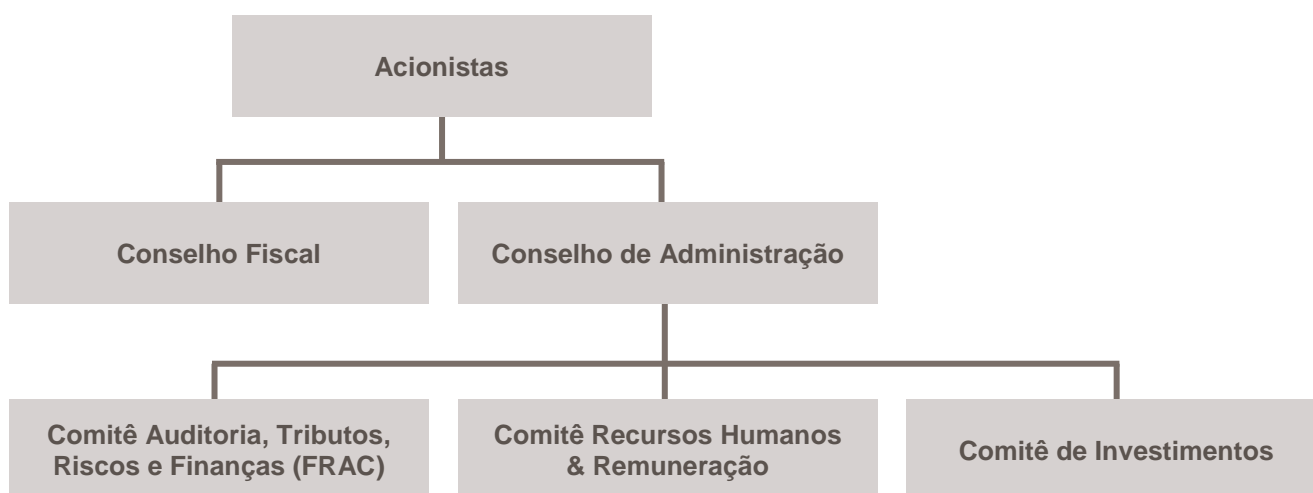
Adicionalmente, através da celebração de Acordo de Acionistas, foram constituídos comitês de assessoramento à Administração. O objetivo dos comitês é auxiliar o Diretor Presidente e o Conselho de Administração, de forma a conferir rapidez, transparência e exatidão às decisões do Conselho de Administração. Os comitês também fornecem uma análise prévia dos assuntos relevantes para deliberação do Conselho de Administração.

Os comitês se reúnem periodicamente para discutir assuntos financeiros, estratégicos e operacionais levantados pelo Conselho de Administração, pela Administração Executiva ou por seus membros. Tais discussões resultam em recomendações formais para suportar as decisões, políticas e estratégias.

A atual composição do Conselho de Administração da Companhia possui os seguintes:

Membro	Cargo	Suplente	Data Eleição	Término Mandato	Acionista
Austin Laine Powell	Presidente do CA	Tron Engebretsen	31.05.2016	AGO de 2018 - contas de 2017	Statkraft
Kjersti Ronningen	Efetivo	Laurent Gonzalo	31.05.2016	AGO de 2018 - contas de 2017	Statkraft
Simen Braein	Efetivo	-	31.05.2016	AGO de 2018 - contas de 2017	Statkraft
Antonio Augusto de Miranda e Souza	Efetivo	Andrea Morata Videira	09.03.2017	AGO de 2018 - contas de 2017	FUNCEF
Delvio Joaquim Lopes de Brito	Efetivo	Antonio Carlos Bomfim	03.07.2017	AGO de 2018 - contas de 2017	FUNCEF
Laurent Gonzalo	Suplente	-	31.05.2016	AGO de 2018 - contas de 2017	Statkraft
Tron Engebretsen	Suplente	-	31.05.2016	AGO de 2018 - contas de 2017	Statkraft
Andrea Morata Videira	Suplente	-	09.03.2017	AGO de 2018 - contas de 2017	FUNCEF
Antonio Carlos Bomfim	Suplente	-	03.07.2017	AGO de 2018 - contas de 2017	FUNCEF

O organograma a seguir mostra a estrutura de governança da Statkraft Energias Renováveis S.A.:



Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da Companhia SKER, em 13 de julho de 2015, o Grupo iniciou uma investigação interna relacionada a esta subsidiária, sendo que os achados de tal investigação foram indicados às autoridades responsáveis. Neste momento não é possível estimar potenciais efeitos financeiros negativos.

Com relação ao Procedimento de Investigação Criminal nº 1.16.000.000993.2016-70 (“Operação Greenfield – caso FIP CEVIX”), conduzida pelo Ministério Público Federal e Polícia Federal em Brasília/DF, foi reconhecida a inexistência de qualquer relação dos fatos investigados com a Statkraft Energias Renováveis S.A., sendo este procedimento encerrado em relação a esta em 25 de agosto de 2017 conforme decisão judicial.

A Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da Funcef (“ANIPA”) ajuizou a ação civil pública nº 0033834-52.2016.4.01.3400 contra todas as pessoas físicas e jurídicas envolvidas na investigação criminal mencionada acima, pleiteando o ressarcimento em razão da suposta má gestão dos administradores da FUNCEF, considerando os fatos narrados na operação Greenfield. A administração concluiu que nenhuma provisão para perdas é requerida.

AÇÕES DE COMPLIANCE

Nos últimos anos, esforços significativos têm sido feitos para construir um programa de *compliance* global forte, visando promover uma cultura ética e assegurar controles internos efetivos. O nosso Programa de Compliance é adaptado ao perfil de risco do Grupo Statkraft, orientado por padrões internacionais (incluindo o *UK Bribery Act*) e aplicado na Statkraft Energias Renováveis S.A. O Programa de Compliance abrange as seguintes áreas: Anticorrupção e Fraude, Lavagem de Dinheiro, Sanções Econômicas e Controle de Exportação, Proteção de Dados Pessoais e Direito da Concorrência.

A área de Compliance Corporativa é a força condutora para o trabalho de Compliance no Grupo Statkraft, sendo responsável pelo desenvolvimento de políticas e procedimentos, por assessorar e apoiar a sua implementação, e por todo *framework* de Compliance – análise de riscos de Compliance, avaliações de integridade de terceiros, treinamentos e comunicação, e monitoramento e avaliação contínuos. Esta unidade é independente das áreas de negócio e seu reporte é direto ao Diretor Jurídico Global. No Brasil, a Statkraft Energias Renováveis S.A. conta com um Gerente Regional de Compliance baseado no escritório de Florianópolis, responsável pelas atividades de Compliance também na região da América Latina.

O nosso Código de Conduta e o Manual de Anticorrupção são um dos documentos mais importantes para área de Compliance. Eles não só estabelecem nosso compromisso fundamental com a integridade empresarial e as expectativas da gestão sobre os empregados da Statkraft, como também encoraja a discussão ativa e aberta sobre os desafios éticos. Estabelecem a nossa prioridade à integridade empresarial e dá suporte aos empregados. No último ano esforços importantes foram implementados na área de Compliance com treinamentos anticorrupção obrigatórios anuais que atingiram a marca de 100% dos empregados da Statkraft Energias Renováveis S.A.. Os esforços de treinamento e comunicação são atividades contínuas do Programa de Compliance da Statkraft.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal consultar os auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. As práticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

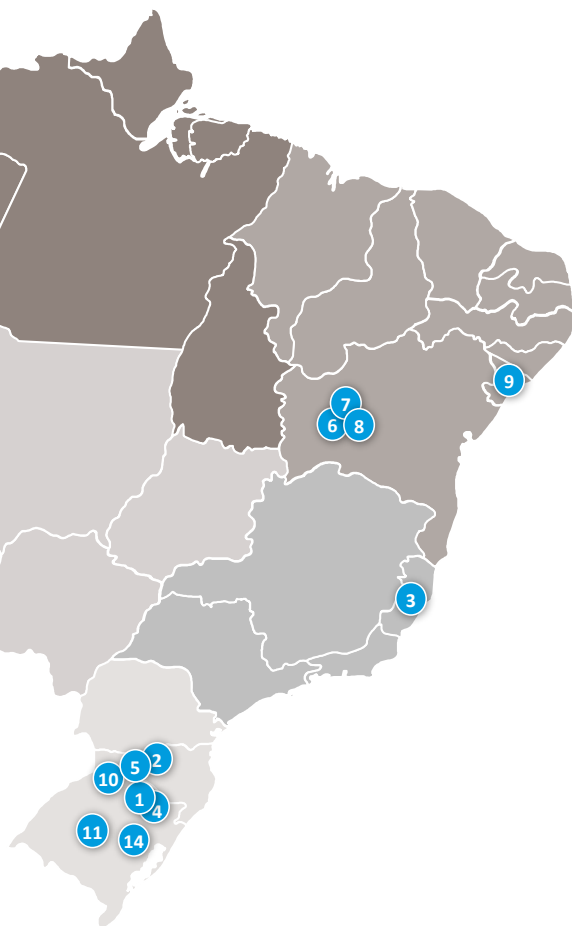
No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, a Deloitte prestou serviços de diligência financeira, fiscal e *compliance*, com honorários totais de R\$ 261,8 mil, excluindo despesas e impostos, representando 35% do valor da remuneração dos auditores independentes para os trabalhos de auditoria independente da Companhia.

Na contratação destes serviços, as práticas adotadas pela Companhia se fundamentam nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

A Deloitte declarou que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situações que poderiam afetar a independência e a objetividade ao desempenho de seus serviços de auditoria externa.

7) Empreendimentos em operação

Conforme quadro abaixo, a Companhia possui atualmente 14 empreendimentos em operação, com uma capacidade instalada própria de 318 MW.



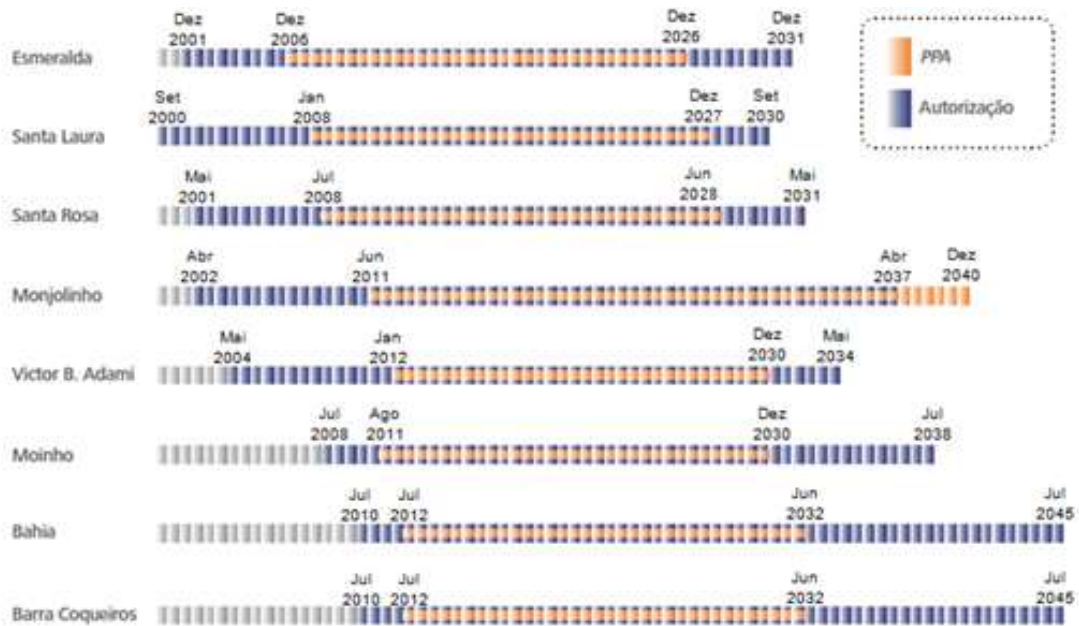
Planta	Participação Statkraft	Início Operação Comercial	Potência Instalada (MW)	Potência Instalada Statkraft (MW)
1. PCH Esmeralda	100%	Dez/06	22,2	22,2
2. PCH Santa Laura	100%	Out/07	15,0	15,0
3. PCH Santa Rosa II	100%	Jul/08	30,0	30,0
4. PCH Moinho	100%	Set/11	13,7	13,7
5. PCH Passos Maia	50%	Fev/12	25,0	12,5
Geração PCH			Total:	105,9
6. UEE Macaúbas	100%	Jul/12	35,07	35,07
7. UEE Seabra	100%	Jul/12	30,06	30,06
8. UEE Novo Horizonte	100%	Jul/12	30,06	30,06
9. UEE Barra dos Coqueiros	100%	Set/12	34,5	34,5
Geração UEE			Total:	129,7
10. UHE Monjolinho	100%	Set/09	74,0	74,0
11. CERAN				
- UHE Monte Claro	5%	Jan/05	130,0	6,5
- UHE Castro Alves	5%	Mar/08	130,0	6,5
- UHE 14 de Julho	5%	Dez/08	100,0	5,0
14. UHE Dona Francisca	2,12%	Fev/01	125,0	2,6
Geração UHE			Total:	559,0
Geração de Energia			Total:	794,6
				317,7

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Comercializamos energia através de Contratos de Compra e Venda de Energia (PPA) de longo prazo. Esses PPAs são reajustados anualmente por inflação e firmados com clientes com sólida classificação de crédito, proporcionando fluxo de caixa previsível e crescente.

98,4% da garantia física dos nossos empreendimentos em operação está comercializada até 2026.

A figura abaixo demonstra a energia contratada pelas subsidiárias da Statkraft Energias Renováveis S.A. por concessão / autorização:



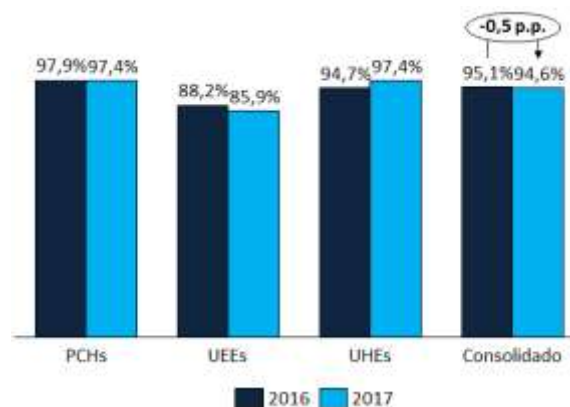
Em sinergia com a empresa comercializadora do Grupo Statkraft no Brasil, a Companhia desenvolve estratégias comerciais visando capturar as oportunidades de curto prazo com base no perfil do fornecimento da energia contratada, hidrologia e os preços do mercado.

DISPONIBILIDADE MÉDIA GERAL NO SISTEMA INTEGRADO NACIONAL

As usinas controladas e operadas integralmente pela Statkraft alcançaram índice de disponibilidade de 94,6% em 2017, redução de 0,5 p.p. em comparação ao ano anterior.

A redução observada em 2017 deve-se a paradas não programadas no Parque Eólico Barra dos Coqueiros durante o 2T17.

Disponibilidade Média Geral no Sistema Integrado Nacional (%)



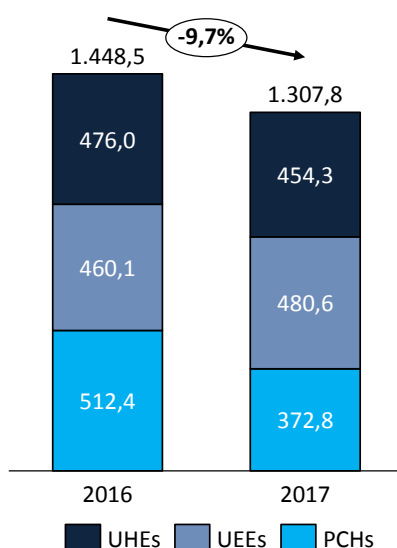
PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A produção de energia elétrica das usinas controladas e operadas integralmente pela Statkraft foi de 1.307,8 MWh em 2017, apresentando redução de 9,7% na comparação com 2016.

Contribuiu para a redução da produção de energia elétrica nos períodos a menor afluência observada nas regiões sul e sudeste, que representou em média 106,1 e 82,0% da vazão esperada (MLT) para 2017, respectivamente, comparado à média de 124,7 e 94,7% em 2016.

Por outro lado, contribuíram para o aumento da produção de energia (i) o desempenho do parque eólico da Bahia, que durante o 1T16 foi afetado por paradas para manutenção não programadas e (ii) o desempenho do parque eólico Barra dos Coqueiros, que apresentou aumento em função dos resultados do plano de otimização, bem como maior recursos de vento.

Produção de Energia Elétrica (MWh)

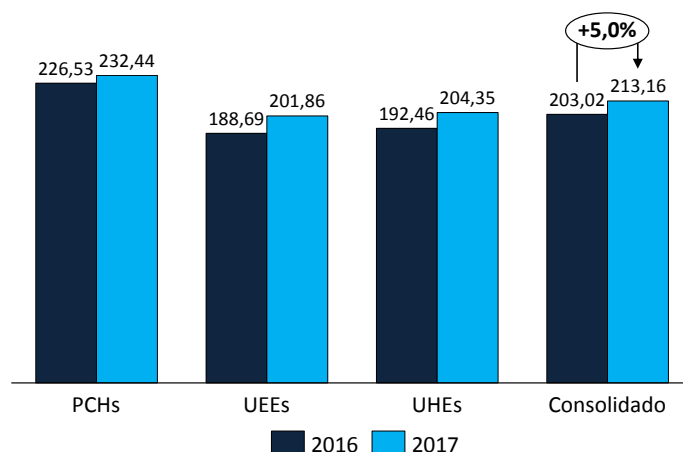


8) Desempenho econômico-financeiro

PREÇO LÍQUIDO MÉDIO DA ENERGIA COMERCIALIZADA

Em 2017 o preço líquido (após deduções de impostos do preço bruto) médio da energia comercializada foi de R\$ 213,16/MWh, aumento de 5,0% na comparação com 2016, quando o preço líquido médio foi de R\$ 203,02/MWh. O aumento no preço líquido médio da energia comercializada reflete os reajustes contratuais vinculados aos índices de inflação, conforme Contratos de Compra e Venda de Energia dos nossos empreendimentos.

Preço Líquido Médio da Energia Comercializada* (R\$/MWh)



*ponderado pela energia comercializada do período.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em 2017 a receita operacional líquida total somou R\$ 310,8 milhões, 12,9% maior do que a receita líquida apurada em 2016, quando o valor foi de R\$ 275,2 milhões. Tal variação justifica-se, principalmente, pelo (i) aumento na receita de venda de energia por conta da correção dos contratos de venda (PPA), (ii) maior receita decorrente do Mercado de Curto Prazo (“MCP” – envolve MRE, com efeitos do GSF e/ou secundária) e (iii) menor receita com serviços compartilhados com empresas do grupo Statkraft.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	2016	2017	Var %
Receita Líquida Total	275.164	310.808	12,9
Fornecimento de energia	269.509	307.301	14,0
- Venda de energia	235.383	246.365	4,7
- Excedente (déficit) líquido de geração Eólicas	14.414	17.433	20,9
- Efeito MCP	19.712	43.503	120,7
Outros serviços	5.655	3.507	-38,0

RECEITA LÍQUIDA DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA – VENDA DE ENERGIA

O aumento de R\$ 11,0 milhões em 2017, equivalente a 4,7% comparado a 2016, é decorrente da correção dos contratos de venda de energia por IPCA.

RECEITA LÍQUIDA DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA – EXCEDENTE LÍQUIDO DE GERAÇÃO EÓLICAS

O aumento de R\$ 3,0 milhões em 2017, comparado a 2016, é fruto da maior geração no parque eólico da Bahia. Ressalta-se que o 1T16 foi impactado pela indisponibilidade do parque em função de paradas não programadas para manutenção, bem como, o baixo regime de ventos no período. A Companhia já recebeu parte das indenizações da seguradora e continua trabalhando na regulação, junto à seguradora, dos eventos que acarretaram a redução da receita no 1T16, com o objetivo de sua recuperação financeira.

RECEITA LÍQUIDA DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA – EFEITO MCP

Em 2017 o Brasil enfrentou a maior crise hidrológica já registrada, e como consequência, o nível de água atingido pelos reservatórios foi tão baixo quanto os registrados em 2014, ano em que a possibilidade de ocorrência de racionamento foi considerada no Brasil.

Como consequência, os geradores foram expostos aos índices de GSF mais altos da história, atingindo uma média de 60% entre julho e novembro.

Assim, a variação da receita na comparação com 3T16 e 9M16 reflete o atual cenário hidrológico e a estratégia de sazonalização da Companhia, aliado ao suporte especializado da comercializadora de energia pertencente ao grupo Statkraft, que aporta seu conhecimento e expertise na gestão do portfólio de energia da Companhia.

Iniciativas como estratégia de sazonalização, análise de participação ao MRE, para as usinas elegíveis, e adesão à repactuação do risco hidrológico (MP 688) foram adotadas como medida de redução da exposição da Companhia aos riscos de GSF/MRE.

Ressaltamos que o resultado líquido do efeito do MCP é conjunto com a linha de “Compra de Energia”, classificada no custo da energia vendida (abaixo demonstrada).

A deficiência da geração hidrelétrica do sistema brasileiro elevou significativamente os pagamentos dos geradores hidrelétricos pela redução do GSF. Esse fato fez com que geradoras participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entrassem com liminares para suspensão dos pagamentos desta natureza. Por conta destas liminares as controladas UHE Monel e PCH Moinho, e a controlada em conjunto PCH Passos Maia estão protegidas do efeito controverso do MRE, até que tal matéria seja julgada.

RECEITA LÍQUIDA DE OUTROS SERVIÇOS

O valor de R\$ 3,5 milhões é decorrente do compartilhamento de serviços com empresas do grupo Statkraft. A variação na comparação com o ano anterior dá-se em função o menor volume de serviços prestados às partes relacionadas.

CUSTOS OPERACIONAIS

Em 2017 os custos operacionais somaram R\$ 183,1 milhões, representando aumento de R\$ 75,2 milhões, equivalente a 69,7% na comparação com o ano de 2016, quando o valor foi de R\$ 107,9 milhões.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela abaixo:

Custo Operacionais (R\$ mil)	2016	2017	Var %
Custo Total	107.860	183.070	69,7
Custo do fornecimento de energia elétrica	102.788	169.656	65,1
- Depreciação e amortização	56.092	58.951	5,1
- Encargos setoriais	10.287	10.221	-0,6
- Custo com compra de energia elétrica	12.422	88.384	611,5
- Seguro regulatório	3.389	3.613	6,6
- Outros custos de fornecimento de energia elétrica	20.588	8.487	-58,8
Custo dos serviços prestados	5.072	13.414	164,5
- Outros serviços	5.072	13.414	164,5

DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

A variação de 5,1% do custo com depreciação, na comparação entre os exercícios de 2017 e 2016, é decorrente da reavaliação da vida útil estimada dos ativos da Companhia. A cada emissão de demonstração financeira o grupo avalia se há indícios de mudanças da vida útil de seus ativos e, a cada três anos, é realizada uma revisão formal das estimativas, mesmo que não existam tais indicativos. Em setembro de 2017 a equipe técnica realizou mudança na estimativa de vida útil técnica dos ativos. Até então a vida útil contábil era considerada a definida pelo Manual de Ativos Fixos da ANEEL, limitado pelo período das concessões e/ou autorizações.

Na reavaliação efetuada em 2017 foram reconhecidos custos de desmobilização (usinas eólicas), além das alterações das estimativas de vida útil que segundo avaliação da equipe técnica serão depreciadas em período menor do que o estimado anteriormente.

ENCARGOS SETORIAIS

A redução de 0,6%% observada em 2017, na comparação com o ano de 2016, é decorrente da perda do desconto de TUST – Taxa de Uso do Sistema de Transmissão no 1T16, fruto da injeção de energia gerada superior ao limite contratado pelas usinas do Complexo Eólico da Bahia no 1T16. Esse efeito de redução compensou o aumento gerado pela atualização da tarifa incidente no tocante ao mesmo encargo.

CUSTO COM COMPRA DE ENERGIA ELÉTRICA

O cenário brasileiro de geração hidrelétrica em 2017 exigiu atenção aos efeitos que afetam significativamente os pagamentos dos geradores hidrelétricos em relação ao GSF, conforme mencionado no item “Receita Líquida de Fornecimento de Energia Elétrica – Efeito MCP.

Iniciativas como estratégia de sazonalização, análise de participação ao MRE, para as usinas elegíveis, e adesão à repactuação do risco hidrológico (MP 688) foram adotadas como medida de redução da exposição da Companhia aos riscos de GSF/MRE.

No ano de 2017, o valor gasto com compra de energia elétrica somou R\$ 88,4 milhões, comparado ao valor de R\$ 12,4 milhões em 2016. Este aumento dá-se em função dos fatores acima mencionados.

SEGURO REGULATÓRIO

Amortização do ativo regulatório decorrente da adesão a MP 688 a qual trata da repactuação do risco hidrológico. A variação no ano de 2017, na comparação com 2016, dá-se pela correção monetária dos valores amortizados.

OUTROS CUSTOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A redução observada em 2017 nesta rubrica, quando comparada a 2016, deve-se à descontinuação das atividades da subsidiária Enex O&M, que até então prestava serviços de Operação e Manutenção para as demais subsidiárias do grupo Statkraft no Brasil.

A partir de 2017, com a descontinuação das atividades da Enex O&M, as atividades de Operação e Manutenção passaram a ser desenvolvidas por funcionários da *holding*, bem como funcionários localizados nas próprias plantas da Statkraft no Brasil.

Como consequência destas ações, o custo anteriormente apresentado sob esta rubrica passou a ser classificado na rubrica abaixo (Outros serviços). Quando consideradas as duas rubricas observamos uma redução de 14,7% em 2017. Essa redução deve-se a alteração de prática contábil que, a partir deste ano, passa a apresentar os com a prestação de serviços para empresas do grupo econômico líquidos dos reembolsos obtidos através das práticas de compartilhamento de custos da Companhia, com efeito de R\$ 7,5 milhões. Este efeito foi parcialmente compensado por aumentos de custos decorrentes de adaptações realizadas no modelo de Operação e Manutenção da Statkraft no Brasil.

OUTROS SERVIÇOS

O aumento observado na rubrica “Outros Serviços” é decorrente dos fatores descritos acima.

DESPESAS (RECEITAS) GERAIS

Em 2017 as despesas gerais somaram R\$ 102,5 milhões, representando redução de R\$ 12,4 milhões na comparação com 2016, equivalentes a 10,8%.

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

Despesas Gerais (R\$ mil)	2016	2017	Var %
Despesas Totais	114.971	102.542	-10,8
- Gerais e Administrativas totais	47.194	46.403	-1,7
- Gerais e administrativas	36.034	33.186	-7,9
- Remuneração dos administradores	5.535	6.792	22,7
- Encargos setoriais	3.819	3.043	-20,3
- Com estudos em desenvolvimento	1.806	329	-81,8
- Perda em outros ativos	-	3.053	-
- Outros resultados operacionais	67.777	56.139	-17,2

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Em 2017 as despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 33,2 milhões, representando redução de R\$ 2,8 milhões, equivalente a 7,9%, na comparação com 2016, quando atingiram R\$ 36,0 milhões. A redução deu-se, essencialmente, em função do menor nível de serviços recebidos da Controladora Norueguesa.

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O aumento observado em 2017, quando comparado a 2016, deu-se pelo aumento no número de administradores da Companhia entre os períodos comparados. Em 2016 os diretores expatriados passaram a ser remunerados diretamente pela Companhia no mês de março, de modo que o primeiro bimestre de 2016 não apresenta esta despesa.

DESPESAS COM ESTUDOS EM DESENVOLVIMENTO

Em 2017 a Companhia não incorreu em gastos externos significativos com estudos para projetos em desenvolvimento, motivo pelo qual é demonstrada uma redução no nível de despesas sob esta rubrica.

ENCARGOS SETORIAIS

Referente à taxa de uso dos recursos hídricos incidente sobre a UHE Monjolinho e sua variação, entre os períodos analisados, está em linha com a variação da geração de energia realizada, sendo a redução parcialmente compensada pelo aumento da TAR utilizada para cálculo do encargo (+9,5%).

OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

A linha de Outros Resultados Operacionais somou R\$ 56,1 milhões em 2017, apresentando redução de R\$ 11,7 milhões em relação a 2016, quando somou R\$ 67,8 milhões.

Contribuíram para a redução (i) a menor perda por *impairment* sobre ativos operacionais (R\$ 31,4 milhões), (ii) menor perda em ativos financeiros e outros valores recuperáveis (R\$ 19,0 milhões). Por outro lado, a redução foi parcialmente compensada por (iii) condenação judicial relativa a ações da Companhia (efeito legado – R\$ 52,6 milhões) e (iv) reversão de provisões para contingências (R\$ 10 milhões).

RESULTADO FINANCEIRO

Em 2017 o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 34,8 milhões, redução de R\$ 8,4 milhões, equivalente a 19,4%, na comparação com 2016, quando o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 43,1 milhões.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2016	2017	Var %
Receitas financeiras	26.820	23.278	-13,2
- Com aplicações financeiras (i)	23.745	19.769	-16,7
- Variação monetária ativa	51	646	1166,7
- Receita de atualização de contrato de energia (ii)	-	1.754	-
- Outras receitas financeiras	3.024	1.109	-63,4
Despesas financeiras	(69.949)	(58.050)	-17,0
- Com financiamentos (iv)	(41.455)	(36.578)	-11,8
- Comissão de fiança e garantias	(528)	(325)	-38,4
- IOF, multa e juros sobre tributos (v)	(818)	(2.454)	200,0
- Variação monetária passiva (vi)	(52)	(229)	340,4
- Concessões a pagar e outras despesas	(11.255)	(5.986)	-46,8
- Juros sobre contrato de mútuo (vii)	-	(11.168)	-
- Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros (viii)	-	(2.101)	-
- Outras despesas financeiras (ix)	(15.841)	791	-105,0
Resultado Financeiro	(43.129)	(34.772)	-19,4

RECEITAS FINANCEIRAS

Em 2017 as receitas financeiras atingiram R\$ 23,3 milhões, apresentando redução de R\$ 3,5 milhões, equivalente a 13,2% na comparação com 2016, quando atingiram R\$ 26,8 milhões. Tal variação é decorrente principalmente (i) da redução do rendimento com aplicações financeiras, em função da redução dos indexadores das aplicações (CDI), parcialmente compensado pelo (ii) aumento na correção dos recebíveis referente à receita das eólicas da Bahia.

DESPESAS FINANCEIRAS

Em 2017 as despesas financeiras atingiram R\$ 58,0 milhões, apresentando redução de R\$ 11,9 milhões, equivalente a 17,0% na comparação com 2016, quando atingiram R\$ 69,9 milhões. Tal variação é decorrente: (iv) da redução da capitalização de juros por conta do menor endividamento; (v) aumento na despesas com juros e multas sobre tributos pagos; (vi) maior atualização monetária passiva, (vii) juros incorridos em contrato de mútuo, (viii) provisão pra perda ao valor recuperável de ativos financeiros e (ix) reversão de multa e juros sobre passivos fiscais, em função da adesão ao REFIS.

RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Em 2017 o resultado de participações societárias representou de R\$ 11,7 milhões, em comparação a um ganho de R\$ 9,3 milhões apurado em 2016.

Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

Resultado de participações societárias (R\$ mil)	2016	2017	Var %
- Equivalência patrimonial	7.714	(2.590)	-133,6
- Dividendos auferidos	1.561	14.305	816,4
Resultado de participações	9.275	11.715	26,3

EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

O resultado da participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto é composto pelo resultado da subsidiária Passos Maia Energética S.A. (50%), que apresentou variação negativa devido à variação do resultado da subsidiária em 2017, quando comparado com 2016. Este resultado é decorrente dos efeitos do cenário hidrológico que levaram à necessidade de compra de energia no MRE.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Statkraft, assim como as suas controladas ENEX e Monjolinho optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

Em 2017 o imposto de renda e a contribuição social somaram saldo positivo de R\$ 9,3 milhões, compostos por IRPJ e CSLL no valor de R\$ (11,9) milhões e por IR e CS diferidos no valor de R\$ 21,2 milhões.

A variação positiva no IR e CS diferidos deve-se ao fato de que em 31 de março de 2017 as subsidiárias Macaúbas, Novo Horizonte e Seabra Energética S.A. optaram pelo REFIS conforme Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.687 de 2017, para liquidação de contingências fiscais reconhecidas em 2016. Conforme regra estabelecida para participação deste programa as subsidiárias liquidaram R\$ 4,9 milhões das contingências fiscais com recursos próprios, e R\$ 19,6 milhões com crédito tributário advindo dos prejuízos fiscais de sua controladora – Statkraft Energias Renováveis S/A.

OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 2017 as operações descontinuadas somaram prejuízo de R\$ 3,0 milhões, representando o resultado da subsidiária Enex.

O Grupo Statkraft realizou a cessão dos contratos da ENEX a terceiros, a fim de que as atividades de operação e manutenção passem a ser realizadas exclusivamente para as usinas deste Grupo Econômico. Desta forma, após firmado contrato de venda, o fechamento da operação se deu em duas etapas, sendo a primeira em 25 de janeiro e a segunda em 13 de fevereiro de 2017, datas nas quais a ENEX fez: (i) transferência de contratos de O&M firmados com terceiros; (ii) a transferência de empregados da Sociedade para a cessionária; e (iii) a venda dos bens e equipamentos alocados nas usinas para prestação de serviços a terceiros, passando a ENEX a não deter mais qualquer relação comercial com terceiros.

PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES

Em 2016 a participação de não controladores foi de R\$ (151) mil, representando a participação de não controladores na subsidiária Energen Energias Renováveis S.A.

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO

Em 2017 foi registrado resultado líquido de R\$ 8,4 milhões, enquanto que no ano de 2016 apuramos prejuízo de R\$ 15,4, em linha com os efeitos mencionados anteriormente, com destaque para os efeitos de contingências, além do impacto do risco hidrológico nas operações da Companhia.

Por entender que o resultado nos períodos apresentados foi impactado substancialmente por efeitos contábeis não recorrentes, que não fazem parte das atividades de operação da Statkraft Energias Renováveis, a Companhia divulga o **Lucro (Prejuízo) Líquido Gerencial**, que exclui os efeitos não recorrentes apurados no resultado da Companhia e que não possuem relação com suas operações. Em 2017 o lucro gerencial apurado foi de R\$ 56,5 milhões, apresentando variação negativa em relação ao ano de 2016 em função do risco hidrológico e os efeitos decorrentes do Mercado de Curto Prazo (MCP).

Conciliação Lucro Líquido IFRS x Lucro Líquido gerencial	2016	2017
Lucro (prejuízo) líquido – IFRS	(15.544)	8.401
(+) Efeitos não recorrentes	92.508	48.074
<i>Impairment</i> controladas	44.103	12.754
Contingências fiscais	33.600	-
Ajuste ao valor justo propriedades para investimentos	7.933	-
Condenação judicial (BBE)	-	38.600
Juros sobre contrato de mútuo	-	11.168
Provisão perda ativos financeiros	6.872	5.152
Utilização de prejuízos fiscais (REFIS)	-	(19.600)
Lucro (prejuízo) líquido - Gerencial	76.964	56.475

EBITDA E MARGEM EBITDA – conforme Instrução CVM 527

O EBITDA alcançou R\$ 109,2 milhões em 2017, apresentando uma redução de 38,6% em relação ao ano de 2016, quando alcançou R\$ 177,9 milhões, em função dos efeitos apresentados anteriormente. A margem EBITDA apresentou redução de 29,5 p.p. na comparação entre os períodos, passando de 64,6% para 35,1% da receita operacional líquida em 2017 e 2016.

EBITDA (R\$ mil)	2016	2017	Var %
Lucro (prejuízo) líquido do período	(15.544)	8.401	154,0
(+) Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	31.968	(9.289)	-129,1
(+) Despesas financeiras líquidas	43.129	34.772	-19,4
(+) Depreciação, amortização e <i>impairments</i>	116.279	72.332	-37,8
(+) Operação descontinuada	2.055	3.027	47,3
EBITDA – ICVM nº 527	177.887	109.243	-38,6
(+) Efeitos não recorrentes	4.700	43.752	-
EBITDA – Ajustado	182.587	152.995	-16,2
Receita Líquida	275.164	310.808	12,9
Margem EBITDA	64,6%	35,1%	-29,5 p.p.
Margem EBITDA Ajustada	66,3%	49,2%	-17,1 p.p.

A Administração da Companhia entende que o acompanhamento do EBITDA e da margem EBITDA, é uma das métricas adequadas para análise do desempenho da Companhia, pois, ao excluir despesa financeira e depreciação de seus resultados, permitem a comparação da Companhia com outras empresas do mesmo setor de atuação.

9) Perfil do endividamento

A Companhia possui financiamentos de longo prazo, em moeda nacional, com custos competitivos, cujo objetivo é o de fazer frente aos elevados investimentos requeridos na implantação dos seus projetos de geração de energia. Todos os endividamentos são na categoria *project finance* com receita e estrutura de garantias atreladas ao período da sua amortização.

Em dezembro de 2017 a Companhia realizou dois eventos importantes ao realizar o pagamento antecipado dos financiamentos das subsidiárias Santa Laura e Santa Rosa, utilizando-se de recursos próprios de caixa. Esta ação de desalavancagem refletiu-se na melhora dos principais indicadores financeiros da Companhia, conforme observa-se abaixo.

Em 31 de dezembro de 2017 a dívida líquida somava R\$ 157,5 milhões, cuja abertura é demonstrada na tabela abaixo.

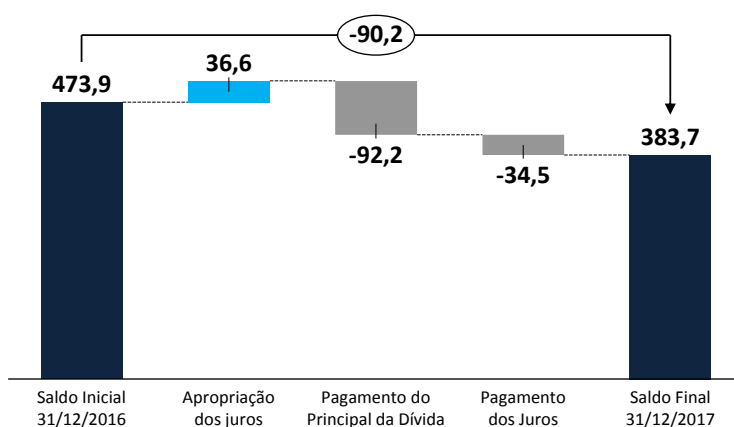
Dívida Líquida (TBRL)	31 de dezembro 2016	31 de dezembro de 2017	Diferença nominal	Var. %
Endividamento	473.868	383.701	-90.167	-19,0
- Financiamento de obras - BNDES	231.241	152.502	-78.739	-34,0
- Financiamento de obras – BNB	242.627	231.199	-11.428	-4,7
Caixa e aplicações financeiras	231.884	226.238	-5.646	-2,4
Dívida líquida	241.984	157.463	84.521	-34,9
EBITDA (últimos 12 meses)	177.887	97.253	-80.634	-45,3
EBITDA Ajustado (*)	182.587	136.700	-45.887	-25,1
Dívida líquida / EBITDA	1,4	1,6	0,2	-
Dívida líquida / EBITDA ajustado (*)	1,3	1,1	-0,2	-

Alguns destaques do comportamento do endividamento a seguir:

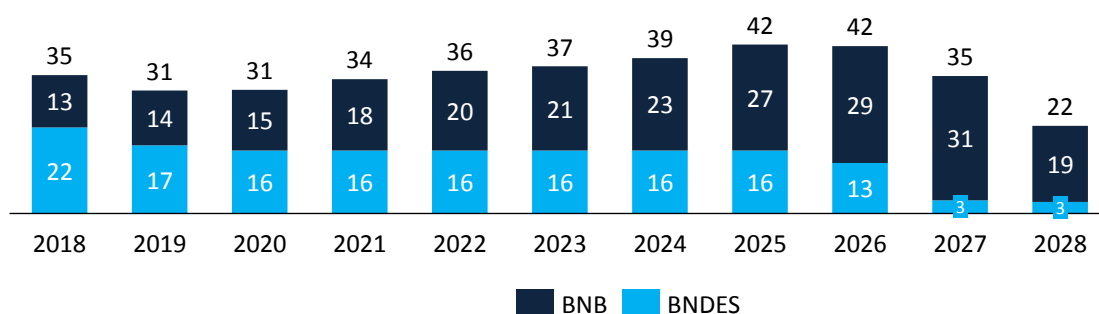
Endividamento: entre os períodos em análise o endividamento bancário apresentou redução de 19,0% ou R\$ 90,2 milhões.

As movimentações que contribuíram para a redução foram: (i) a amortização de R\$ 92,2 milhões de principal, sendo R\$ 80,8 milhões com BNDES e R\$ 14,4 milhões com o BNB e (ii) o pagamento de R\$ 34,5 milhões de juros, sendo R\$ 18,1 milhões com BNDES e R\$ 16,4 milhões com BNB.

Por outro lado a movimentação que contribuiu para o aumento foi a apropriação de encargos financeiros das parcelas a vencer no curto prazo dos empréstimos, no valor de R\$ 36,6 milhões, sendo R\$ 20,1 milhões com BNDES e R\$ 16,4 milhões com BNB.

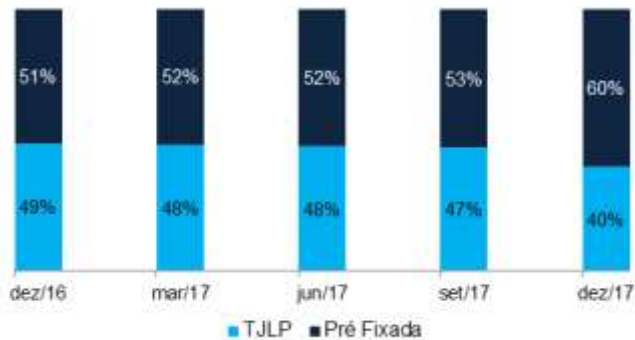


O cronograma de amortização do endividamento, conforme saldo de R\$ 384 milhões de 31 de dezembro de 2017, é apresentado a seguir (em R\$ milhões):

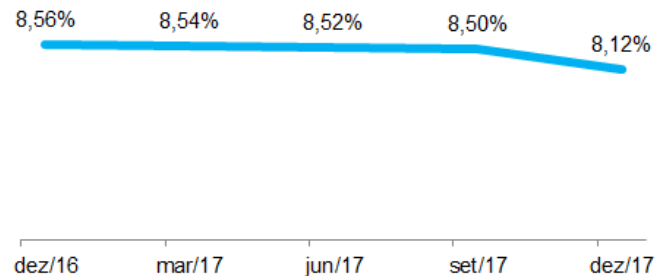


Em dezembro de 2017, a participação do dívida atrelada à TJLP era de 40%, representada pelos empréstimos do BNDES, ante a 60% da pré fixada, representada pela dívida junto ao BNB.

Evolução da Composição da Dívida Bancária por Indexador



Custo Médio Ponderado da Dívida Bancária

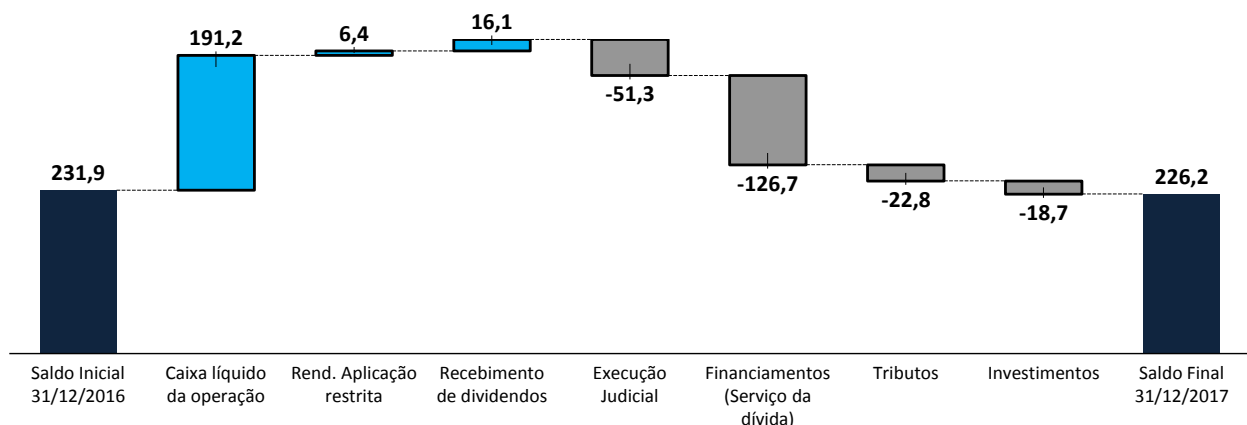


Caixa e aplicações financeiras: entre os períodos em análise houve redução do saldo de caixa e aplicações financeiras de R\$ 5,7 milhões.

As movimentações que contribuíram para o aumento foram: (i) geração de caixa proveniente das operações no valor de R\$ 191,2 milhões, (ii) recebimentos de dividendos de Ceran e Dona Francisca (R\$ 16,1 milhões) e rendimento de aplicação financeira restrita (R\$ 6,4 milhões).

Por outro lado, as movimentações que contribuíram para a redução foram: (i) pagamento de juros sobre financiamentos no valor de R\$ 34,5 milhões, (ii) pagamento de principal sobre financiamentos no valor de R\$ 92,2 milhões; (iii) pagamento de tributos no valor de R\$ 22,8 milhões, (iv) investimentos realizados no valor de R\$ 18,7 milhões e (v) pagamento de execução judicial no valor de R\$ 51,3 milhões.

O saldo de caixa e aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2017 era composto principalmente (i) pelo saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo das subsidiárias e Statkraft, no valor de R\$ 183,3 milhões e (ii) pelo saldo de R\$ 42,9 milhões com aplicações financeiras restritas, constituídas por força dos contratos de financiamento de longo prazo.



10) Investimentos

Em 2017 a Companhia investiu 18,7 milhões na aquisição de bens de imobilizado, principalmente referente às compras realizadas para estruturar o serviço de planejamento, operação e manutenção dos ativos de geração, em substituição à subsidiária ENEX e as ações de melhoria no Parque Eólico Energen. Acrescentam-se aos investimentos operacionais as adições realizadas no tocante ao projeto de implantação do sistema ERP.

11) Demonstrações financeiras consolidadas

BALANÇO PATRIMONIAL - Ativo:

Ativo (R\$ mil)	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	Var. %
Circulante	228.351	298.368	30,7
Caixa e equivalentes de caixa	140.761	183.324	30,2
Contas a receber	65.627	93.475	42,4
Dividendos a receber	1.832	5.495	199,9
Tributos a recuperar	3.929	5.633	43,4
Almoxarifado	4.842	2.316	-52,2
Repactuação de risco hidrológico	3.630	3.731	2,8
Operações descontinuadas	2.123	-	-100
Outros ativos	5.607	4.394	-21,6
Não Circulante	1.289.153	1.171.856	-9,1
Realizável a longo prazo	220.786	155.930	-29,4
Aplicação financeira restrita	91.123	42.914	-52,9
Partes relacionadas	8.028	6.445	-19,7
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.733	12.776	8,9
Investimentos ao valor justo	79.462	63.416	-20,2
Repactuação de risco hidrológico	4.889	1.972	-59,7
Contas a receber	22.179	27.756	25,1
Outros ativos	3.372	651	-80,7
Investimentos	28.692	20.606	-28,2
Imobilizado	972.307	926.704	-4,7
Intangível	51.191	52.439	2,4
Propriedades para Investimento	16.177	16.177	0,0
Total Ativo	1.517.504	1.470.224	-3,1

▶ (i) **BALANÇO PATRIMONIAL - Passivo:**

Passivo (R\$ mil)	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	Var. %
Circulante	173.937	232.748	33,8
Fornecedores	45.643	102.573	124,7
Financiamentos	44.370	34.804	-21,6
Partes relacionadas	1.629	53.331	3173,8
Concessões a pagar	8.107	8.655	6,8
Salários e encargos sociais	3.918	7.082	80,8
Tributos a recolher	9.996	7.775	-22,2
Imposto de renda e contribuição social	36.664	5.301	-85,5
Dividendos a pagar	1	1.996	199500,0
Outros passivos	23.609	11.231	-52,4
Não Circulante	571.563	458.079	-19,9
Financiamentos	429.498	348.897	-18,8
Concessões a pagar	66.012	64.153	-2,8
Provisão para perda em investimentos	-	903	-
Imposto de renda e contribuição social	652	855	31,1
Tributos a recolher	773	1.013	31,0
Provisão para remoção de imobilizado	-	9.758	-
Provisão para contingências	64.482	23.307	-63,7
Outros passivos	10.146	9.193	-9,4
Total Passivo	745.500	690.834	-7,3
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora	771.997	779.390	0,9
Capital social	880.312	711.365	-19,2
Reserva de lucro	-	21.316	-
Reserva legal	-	420	-
Ajuste de avaliação patrimonial	45.301	46.289	2,2
Prejuízos acumulados	(153.616)	-	-100
Participação dos não controladores	7	7	0,00
Total do passivo e patrimônio líquido	1.517.504	1.470.224	-3,1

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – (R\$ MIL):

(R\$ mil)	2016	2017	Var %
Receita operacional	275.164	310.808	13,0
Custo do fornecimento de energia	(102.788)	(169.656)	-65,1
Custo dos serviços prestados	(5.072)	(13.414)	-282,8
Lucro bruto	167.304	127.738	-23,6
Gerais e administrativas (*)	(47.194)	(46.403)	10,2
Outras despesas (*)	(67.777)	(56.139)	11,3
Equivalência patrimonial	7.714	(2.590)	-133,6
Dividendos auferidos	1.561	14.305	816,4
Lucro operacional	61.608	36.911	-40,3
Resultado financeiro	(43.129)	(34.772)	19,4
Despesas financeiras	(69.949)	(58.050)	17,0
Receitas Financeiras	26.820	23.278	-13,2
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	18.479	2.139	-88,4
Imposto de renda e contribuição social	(31.968)	9.289	129,1
Lucro proveniente das operações descontinuadas	(2.055)	(3.027)	-47,3
Lucro/ (Prejuízo) líquido do período	(15.544)	8.401	154,0
Acionistas da Controladora	(15.393)	8.401	154,6
Participação de não controladores	(151)	-	-100

(*) Em benefício da comparabilidade entre os saldos anuais, para fins de apresentação deste relatório a administração realizou a reclassificação do saldo de R\$ 4.470 mil de provisão para contingências em 2016, anteriormente apresentado na linha de "Gerais e Administrativas" para a linha de "Outras despesas", sendo esta uma diferença na comparação com a Demonstração Financeira.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE:

Este material inclui informações que se baseiam nas hipóteses e perspectivas atuais da administração da Companhia, que poderiam ocasionar variações materiais entre os resultados, performance e eventos futuros. Inúmeros fatores podem afetar as estimativas e suposições nas quais estas opiniões se baseiam, tais como condições gerais e econômicas no Brasil e outros países, condições do mercado financeiro, condições do mercado regulador e outros fatores.



STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ/MF nº 00.622.416/0001-41

NIRE nº 42.300.041.386

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Statkraft Energias Renováveis S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 13 de março de 2018, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras que acompanham, quais sejam, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, as Mutações do Patrimônio Líquido, o Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado, bem como as Notas Explicativas relacionadas e o correspondente Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Os exames das demonstrações financeiras citadas no parágrafo anterior foram complementados por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pela Administração da Companhia e Auditores Independentes da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Assim, e com base no Relatório dos Auditores Independentes, emitido nesta data sem ressalvas e, ainda, nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, este Conselho Fiscal, pela unanimidade de seus membros, concluiu que os documentos acima estão adequadamente apresentados e opina, favoravelmente, ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas que os examinará.

Florianópolis-SC, 13 de março de 2018.

Saulo Macedo Freitas

Emanuela Roggia

Marcos Bett Pagani

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM n° 480/09

Fernando de Lapuerta Montoya, cidadão espanhol, casado, administrador de empresas, portador do Passaporte nº AAK142686, e inscrito no CPF/MF sob o nº 061.330.627-97, com endereço profissional na Av. Prefeito Osmar Cunha, nº 416, 10º andar, Edifício Koerich Empresarial Rio Branco, Centro, Florianópolis/SC, CEP: 88.015-100, na qualidade de Diretor Presidente na Statkraft Energias Renováveis S.A., instituição com sede na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Av Prefeito Osmar Cunha, 416 8º andar, CEP 88015-100, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n.º 00.622.416/0001-41 (“Companhia”), declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que: (i) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia referentes às demonstrações financeiras descritas no item (i) acima.

Florianópolis, 13 de março de 2018.

Fernando de Lapuerta Montoya
Diretor Presidente